


Folha n.º	07	de proc.
n.º	2	do 1997



# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder abonos aos servidores municipais, no período compreendido entre 1º de fevereiro e 30 de junho de 1997.

A Lei nº 12.127, de 5 de julho de 1996, concedeu, entre 1º de julho de 1996 e 31 de janeiro de 1997, abono mensal de R\$ 60,00 (sessenta reais) a todos os servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas. Concedeu, ainda, abono variável para as categorias discriminadas no seu Anexo Único, pelo mesmo período.

Considerando que o prazo de validade dos abonos previstos na citada lei expirar-se-á em 31 de janeiro do corrente ano, a presente propositura visa conceder esses benefícios até 30 de junho de 1997, nas condições especificadas.

O valor do abono atribuído a todos os servidores municipais é mantido em R\$ 60,00 (sessenta reais), independentemente da jornada de trabalho a que estiver sujeito o beneficiário.

Impende ressaltar, por oportuno, que está sendo mantido o piso salarial estabelecido pela Lei

Folha n.º	08	de proc.
n.º	2	de 1992

nº 12.053, de 9 de maio de 1996, sobre o qual incidirá o abono ora concedido.

A proposta prevê, também, a concessão de abono mensal, de valor variável, aos servidores relacionados no Anexo Único - integrante da propositura - cujas carreiras não foram objeto de reestruturação. Tal benefício será concedido em substituição ao outorgado, às mesmas categorias, pela Lei nº 12.127/96, e será pago integralmente aos servidores submetidos às jornadas de 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho. Aos demais, será pago proporcionalmente à respectiva jornada.

A concessão dos abonos previstos na medida é proposta para que não ocorra redução nos níveis salariais dos servidores municipais, o que contrariaria frontalmente os princípios desta Administração.

Esclareça-se, ainda, que a adoção da propositura não acarretará impacto financeiro na folha de pagamento.

Diante dessas razões, que amparam a mensagem, é a presente encaminhada para que a Egrégia Câmara Municipal a examine e nela aponha o seu aval.

SPF/rmn



LEI Nº 12.053, de 9 de Maio de 1.996

D.O.M. de 10 de Maio de 1.996

Folha n.º 09 de proc.  
n.º 2 de 1292

LEI Nº 12.053, DE 9 DE MAIO DE 1996

Fixa a menor remuneração dos servidores municipais, dispõe sobre a concessão de abono aos servidores municipais que especifica, e da outras providências.

PAULO MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 30 de abril de 1996, decretou e eu promulgo a presente lei:

Art. 1º - Fica fixada em R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), a partir de 1º de março de 1996, a menor remuneração bruta a ser percebida pelos servidores municipais submetidos à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

§ 1º - Aos servidores cuja remuneração bruta mensal for inferior ao piso fixado no "caput" deste artigo, será concedido abono de valor correspondente à diferença entre a referida remuneração bruta e a importância de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

§ 2º - Aos servidores submetidos à jornada de trabalho diversa daquela de que trata o "caput" deste artigo, a menor remuneração bruta será calculada proporcionalmente à jornada a que estiverem sujeitos.

Art. 2º - Fica concedido, a todos os servidores municipais, abono mensal de R\$ 40,00 (quarenta reais), para vigorar no período compreendido de 1º de março de 1996 a 30 de junho de 1996.

Parágrafo único - Para os servidores enquadrados na hipótese do artigo anterior, o abono mensal de que cuida o "caput" deste artigo será acrescido ao valor do piso salarial.

Art. 3º - Fica concedido, a partir de 1º de março de 1996 até 30 de junho de 1996, um abono mensal provisório, de valor variável, aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos ou funções relacionados no Anexo Único, integrante desta lei.

Art. 4º - Os valores dos abonos instituídos na forma desta lei serão devidos aos servidores submetidos às jornadas de 40 (quarenta) ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

§ 1º - Aos servidores submetidos a jornadas de trabalho diversas daquela de que trata o "caput" deste artigo, os abonos serão pagos proporcionalmente, de acordo com a jornada a que estiverem sujeitos.

§ 2º - Os abonos de que trata esta lei não se incorporarão à remuneração do servidor para quaisquer efeitos.

§ 3º - Sobre os abonos previstos nesta lei não incidirão:

a) quaisquer vantagens de ordem pecuniária, inclusive o décimo terceiro salário; e  
b) os descontos relativos às contribuições devidas ao Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM e ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM.

§ 4º - O disposto no "caput" e no parágrafo 1º deste artigo não se aplica ao abono de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 5º - As disposições constantes desta lei estendem-se:

I - aos proventos dos inativos;  
II - aos salários dos servidores regidos pelas Leis nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, e nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989;

III - às pensões normais e vitalícias pagas pela Prefeitura;

IV - às pensões devidas pelo Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, aos beneficiários dos servidores de que trata esta lei, onerando, neste caso, as despesas, as dotações do orçamento da autarquia.

Art. 6º - As disposições contidas nesta lei aplicam-se, no que couber:

I - aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas das autarquias do Município de São Paulo;

II - aos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, observado, quanto aos artigos 1º, 2º e 3º, o seguinte:

a) as disposições dos artigos 1º e 2º aplicam-se a todos os servidores do Tribunal;

b) as disposições do artigo 3º aplicam-se apenas aos servidores do Tribunal não reclassificados pela Lei nº 11.548, de 21 de junho de 1994;

III - Aos servidores da Câmara Municipal.

Art. 7º - A Referência DA-15, da Escala de Vencimentos do Quadro Geral do Pessoal - Cargos em Comissão, referido no artigo 2º, inciso I, da Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, fica mantida para fixação do limite máximo de remuneração bruta dos servidores municipais, que corresponderá a 7 (sete) vezes o valor da mencionada Referência DA-15, excluídos apenas os adicionais por tempo de serviço e a sexta parte dos vencimentos.

Art. 8º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 9 de maio de 1996, 4439 da fundação de São Paulo.

PAULO MALUF, PREFEITO

MÔNICA HERMAN SALEM CAGGIANO, Secretária dos Negócios Jurídicos

CELSO ROBERTO PITTA DO NASCIMENTO, Secretário das Finanças

MARCELINO ROMANO MACHADO, Secretário Municipal da Administração

ROBERTO PAULO RICHTER, Respondendo pelo Expediente da Secretaria Municipal do Planejamento

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 9 de maio de 1996.

EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º DA LEI

Nº 12.053 DE 9 DE MAIO DE 1996

CARGO/FUNÇÃO	REFERÊNCIA	VALOR DO ABONO
ARQUITETO	EA-1 a EA-4	700,00
ENGENHEIRO	EA-1 a EA-4	700,00
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	EA-1 a EA-4	700,00
INSPECTOR FISCAL	FT-1 a FT-4	700,00
AGENTE DE APOIO FISCAL	AAF-1	300,00
AGENTE VISTOR	NM-2 a NM-4	300,00
AGENTE VISTOR ABASTECIMENTO	NM-2 a NM-4	300,00
ASSISTENTE LIMPEZA PÚBLICA	NM-3	300,00
INSPECTOR DE SINALIZAÇÃO	NM-1	300,00
INSTRUTOR DE FANFARRA	NM-1	100,00
INSPECTOR DE SERVIÇOS	NB-1	300,00
PROFESSOR DE ARTES INDUSTRIAIS	NB-1	75,00

59-000.614-96\*70

SUELLY PENHA RUBIA FAGUNDES  
Assessora - SGM/PM



LEI Nº 9.160, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1.980

"D.O.M.", DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

Folha n.º 10  
a.º 2 de 1987

LEI Nº 9.160, DE 3 DE dezembro DE 1.980  
Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em serviço de caráter temporário e contratados para funções de natureza técnica especializada, nos termos do artigo 106 da Constituição Federal.

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 11 de novembro de 1.980, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

## CAPÍTULO I

### DA ADMISSÃO E DA CONTRATAÇÃO

Art. 19 - Além dos funcionários públicos poderá haver na administração municipal servidores admitidos em serviços de caráter temporário e contratados para funções de natureza técnica especializada.

Art. 29 - Consideram-se serviços de caráter temporário:

I - O exercício de funções públicas, até a criação e provimento dos cargos respectivos;

II - O trabalho desenvolvido na execução de obras e serviços determinados, até seu término.

Art. 39 - É vedada a admissão prevista no artigo 19:

I - Para funções correspondentes a cargos de direção, chefia ou encarregatura;

II - Para funções que não correspondam à classe inicial, quando se tratar de carreira;

III - Quando existir cargo vago e candidatos aprovados em concurso com prazo de validade não extinto.

Art. 49 - Terão preferência para ser admitidos, nos termos desta lei, os candidatos habilitados em concursos públicos municipais com prazo em vigor, sem prejuízo do direito à nomeação e obedecida, em qualquer caso, a ordem de classificação.

Art. 59 - Trienalmente, o Executivo procederá a levantamento dos servidores admitidos nos termos da presente lei, criando os cargos e providenciando a realização de concursos públicos para seu provimento.

Parágrafo único Os servidores admitidos serão inscritos de ofício nos concursos que se destinem ao provimento dos cargos correspondentes às funções que exercerem; a não aprovação acarretará obrigatoriamente sua dispensa, a operar-se dentro de 180 dias contados da data da homologação do concurso.

ESTATUTO

Lei n.º 8.989/79

PL n.º 125/79

Dec. 17.242/81

(Instituição - Estatuto)

Dec. 17.470/81

Delegação de competência dos funcionários

Dec. 17.552/81

Exame médico para novos funcionários

Dec. 17.614/81

Consequências - No âmbito do NBRAC

Lei 9.368/81

Admissão de menores entre 14 e 18 anos

Lei 11.511

EXECUTIVO

ORIGEM DO PROJETO DE LEI Nº 224/80

Regulamentação  
P/SIC  
25.053/87

Comissão de Constituição e Jurisprudência

Lei 9.382/81  
Agentes Inteiros e Faltantes

SUELLY PENHA  
Assessoria

Retificação da publicação do dia 4/12/1980  
Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1.980  
Na ementa - Leia-se como segue e não como constou:  
Art. 11 - O regime jurídico  
VI - física incompatível com o

LEI 9407/81  
ADMISSÃO DE MEMBROS  
DA CÂMARA

DEC. 17 812/82  
Agentes Distritais

LEI 9438/82  
Aumento dos vencimentos  
membros da Prefeitura

LEI 9439/82  
Aumento dos vencimentos  
membros da Câmara

DEC 17 925/82  
AUMENTO - I PREM

DEC. 18 115/82  
Regulamenta a  
Lei sobre admissão  
de menores.

Lei 9575/82  
Aumento dos vencimentos  
membros da Prefeitura

Lei 9615/83  
Câmara - mesa  
de vencimentos

DEC. 18 789/83  
Maire afastamento  
de servidor

Lei 9615/83  
Aumento dos  
vencimentos

Art. 69 - A contratação para o exercício de funções técnicas especializadas ocorrerá no caso em que se exija particular domínio de ramo determinado de conhecimento ou arte, podendo fazer-se:

I - A prazo certo e determinado, não superior a dois anos, renovável por uma única vez;

II - Para trabalhos desenvolvidos na execução de serviços certos e determinados, até seu término.

Parágrafo único - É vedada a contratação para o cumprimento de tarefas que correspondam a funções normais pertinentes a cargos existentes nos quadros do funcionalismo público.

Art. 79 - As admissões e contratações serão sempre precedidas de processo, iniciado por proposta devidamente justificada, e serão feitas com autorização do Prefeito, ouvida a Secretaria Municipal da Administração.

Art. 89 - Constarão obrigatoriamente das propostas de admissão a função a ser desempenhada, o salário, a dotação orçamentária própria e a demonstração da existência de recursos.

Art. 99 - A proposta de contratação será instruída com os seguintes documentos:

I - Justificação da necessidade da contratação, contendo pormenorizada descrição das atividades a serem desempenhadas;

II - Indicação do salário;

III - Indicação da dotação orçamentária própria e demonstração da existência de recursos;

IV - Minuta de contrato;

V - Prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar, e no gozo dos direitos políticos, se brasileiro o candidato;

VI - Prova de situação regular no país, que possibilite a contratação, se estrangeiro o candidato;

VII - Declaração de bons antecedentes, firmada pelo candidato ou seu procurador;

VIII - Títulos científicos ou profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho da função e recomendem a contratação;

IX - Comprovação de, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência no ramo.



## CAPÍTULO II

## DO EXERCÍCIO

Art. 10 - O servidor admitido deve assumir o exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Se o exercício não se iniciar dentro do prazo estabelecido neste artigo será a admissão declarada sem efeito.

Art. 11 - Para assumir o exercício o servidor admitido deverá comprovar os seguintes requisitos:

- I - Ser brasileiro;
- II - Ter completado dezoito anos de idade;
- III - Estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - Estar quite com as obrigações militares;
- V - Ter boa conduta;
- VI - Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício das funções;
- VII - Possuir habilitação profissional para o exercício das funções, quando for o caso;
- VIII - Atender às condições especiais, prescritas em lei ou decreto, para determinadas funções.

§ 1º - A contagem do prazo a que se refere o artigo 10 poderá ser suspensa pelo tempo necessário, a partir da data em que o admitido apresentar guia ao órgão médico encarregado da inspeção, até a data da expedição do laudo de sanidade e capacidade física e mental.

§ 2º - A suspensão de prazo prevista no parágrafo anterior poderá, a juízo da Administração, não ser considerada se o admitido deixar de submeter-se aos exames nas épocas determinadas.

Art. 12 - O servidor contratado assumirá o exercício dentro do prazo convencionado, apresentando na oportunidade a comprovação de suas condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das funções, consubstanciada em laudo de sanidade e capacidade emitido pelo órgão referido no artigo anterior.

Art. 13 - A apuração do tempo de serviço do servidor admitido ou contratado obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos 63 e 64 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979.

Art. 14 - Para os efeitos de aposentadoria compulsória ou voluntária, será computado integralmente o tempo de serviço público prestado à União, aos Estados e a outros

DEC. 18 843/83

DEC. 18 844/83  
complementação de  
projeto - Fumecris

DEC. 19 014/83

Ord. Procuradores  
de Auditoria do  
Fiscal, m. S.T.Comunicado - SMA  
Cadastro de  
Munici.

Lei 9 650/83

Comissão de  
Pesquisa

DEC. 19 308/83

Reestruturação  
IPREM

DEC. 19 346/83

Prorrogação de  
prazo de afastamento

DEC. 19 354/83

Aluno aos servidores  
do IPREM

DEC. 19 355/83

Aluno aos servidores  
do FUMECRIS

Lei 9 665/83

Revisão de  
documentos/84

DEC. 19 512/84

Delegação de  
competência -  
SecretariaSUELLY PENHA  
FAGUNDESNOVA REDAÇÃO  
PL 10.522/83  
PL 118/83

08/84

gratificação - min  
Município

Lei 9722/84  
Reestruturação  
de Vencimentos

Lei 9726/84  
Reestruturação  
da Carreira  
Administrativa

Quintela Provedor  
M.A. - Armulada  
de cargo (Aposenta-  
dor)

Dec 20288/84  
Contratados de  
Monitor de  
Máquina

Dec. 20 497/84  
Reestruturação  
S. Américo

Dec. 20 498/84  
Reestruturação  
IPEM

Lei 9794/84  
Bônus - Fun-  
dado Bernard Van  
der

Lei 10.101/84  
Futuro Car-  
de Fotógrafo

Municípios e Autarquias em geral, bem como o tempo em que o servidor esteve afastado em licença para tratamento da própria saúde.

Art. 15 - Aplicam-se aos servidores regidos por esta lei as disposições vigentes para os funcionários públicos do Município de São Paulo relativas a horário, ponto e regimes de trabalho, salvo cláusula contratual específica, na hipótese de função técnica especializada.

### CAPÍTULO III

#### DOS DIREITOS E VANTAGENS EM GERAL

Art. 16 - O salário do servidor admitido não poderá ultrapassar os limites fixados por lei para o vencimento do grau A da referência do cargo a que corresponder; o do servidor contratado será livremente convencionado entre as partes, observado sempre o limite máximo de duas vezes e meia o valor da mais elevada referência de vencimentos do funcionalismo municipal.

Art. 17 - O servidor perderá:

I - O salário do dia, quando não comparecer ao serviço, quando o fizer após a hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou se retirar antes da última hora;

II - 1/3 (um terço) do salário do dia, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar dentro da última hora;

III - O salário correspondente aos domingos, feriados e dias de ponto facultativo intercalados, no caso de faltas sucessivas justificadas ou injustificadas.

Parágrafo único - As faltas ao serviço até o máximo de 10 (dez) por ano, não excedendo a 2 (duas) por mês, poderão ser abonadas por moléstia ou por outro motivo justificado a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o servidor comparecer ao serviço.

Art. 18 - Ao servidor admitido nos termos da presente lei assistem os seguintes direitos e vantagens dos funcionários públicos do Município de São Paulo, previstos nos artigos 96 e seu parágrafo único e 97, 99 a 106, 112 a 114, 115 e 116, 117 a 123, 125 e seu parágrafo único, 126, 128 e 129, 130 e 131, 132 a 135 e 137, 139 a 142, 143 a 145, 146 e 147, 148, 150 a 152, 157 a 159, 166 a 168 e 170 a 174, 176 e 177 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979, confor-  
me abaixo discriminados:



## I - Reposições parceladas;

## II - Gratificações por:

- a) prestação de serviço extraordinário;
- b) prestação de serviço noturno;
- c) prestação de serviço especial, com risco de vida ou saúde;
- d) outros casos previstos em lei;
- e) exercício em Gabinete do Prefeito, de Secretário Municipal e de outras autoridades, até o nível de Diretor de Departamento;
- f) elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico de utilidade para o serviço público;
- g) participação em Conselhos, Comissões ou Grupos de Trabalho especiais, quando sem prejuízo das atribuições normais;

## III - Gratificação de Natal;

## IV - Quinquênios;

## V - Sexta-parte;

## VI - Salário-família e salário-esposa;

## VII - Auxílio funeral;

## VIII - Auxílio-doença;

## IX - Diárias e ajuda de custo;

## X - Gratificação de caixa;

## XI - Férias anuais;

## XII - Licença, a ser concedida:

- a) para tratamento de saúde;
- b) por motivo de doença em pessoa da família;
- c) à gestante;
- d) para cumprir serviços obrigatórios por lei;
- e) compulsória;

## XIII - Aposentadoria, por invalidez, compulsória e voluntária;

## XIV - Direito de petição.

§ 1º - Por necessidade de serviço ou qualquer outro motivo justo, devidamente comprovado, poderá o servidor admitido converter em tempo de serviço, para todos os efeitos legais, as férias não gozadas, que serão contadas em dobro.

§ 2º - Ao servidor admitido estudante de curso superior será permitido entrar em serviço até uma hora mais tarde, ou retirar-se uma hora mais cedo da marcada para início ou fim do expediente normal, bem como ausentar-se do serviço nos dias em que se realizarem provas, sem qualquer desconto no salário e demais vantagens.

DEC. 21.083/85

CONCEÇÃO DE BONO QUE ESTÁ

DEC. 21.083/85

SERV. do SERV. FUNERARIO A BONO 25%

DEC. 21.083/85

CARAFO GECHE

V. Dec. 21.083/85

Circulo de Trabalho

V. Dec. 21.083/85

Circulo de Trabalho

Dec. 22.655/86

Regulamento Disposições

7/ Dec. 22.753/86

Lei 10.115/86

PL. 156/86

Lei 10.182/86

PL. 238/86

Dec. 23.878/87

DEC. 23.929/87

Definição de Competência

PL. 114/87

AUMENTO PESSOAL

NATASMO

Lei 10.330/87

PL. 114/87

AUMENTO PESSOAL

NATASMO

Dec. 24.048/87

Dec. 24.049/87

CRECHE MUNICIPAL

Dec. 24.312/87

CRECHE MUNICIPAL

Dec. 24.361/87

Vencimentos

Dec. 24.534/87

Regulamento

Lei 10.056/87

Dec. 24.881/87

SUELLY PENHA DA FARIAS  
ASSISTENTE SOCIAL



LC 2574/88  
Aposentamento

Dec. 26-358/88  
REF. SALARIAL

Part.  
Dec 29 70+ /81  
Inquadramento

REVOGADO  
P/LEI 10.779/83

§ 39 - Assistem ao servidor admitido os benefícios decorrentes de acidente do trabalho ou doença profissional, nos termos dos artigos 160 a 163 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979.

§ 49 - Os servidores admitidos nos termos da presente lei terão direito à assistência médica prestada pela Municipalidade aos funcionários públicos e previdenciária nos termos da legislação própria.

§ 59 - Aplicam-se aos servidores admitidos as normas de afastamento previstas nos artigos 46 a 48 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979, e a licença prevista no artigo 149 da mesma lei.

Art. 19 - Aos servidores contratados nos termos da presente lei assistem os seguintes direitos e vantagens dos funcionários públicos do Município de São Paulo:

- I - Reposições parceladas;
- II - Gratificação de Natal;
- III - Salário-família e salário-esposa;
- IV - Auxílio funeral;
- V - Auxílio doença;
- VI - Diárias e ajuda de custo;
- VII - Férias anuais;
- VIII - Licença, a ser concedida:
  - a) para tratamento de saúde;
  - b) por motivo de doença em pessoa da família;
  - c) à gestante;
  - d) para cumprir serviços obrigatórios por lei;
  - e) compulsória;
- IX - Direito de petição.

§ 19 - Assiste também ao servidor contratado, nos termos do artigo anterior, o direito à aposentadoria por invalidez.

§ 29 - Aplicam-se ao servidor contratado as disposições contidas nos parágrafos 39 e 49 do artigo anterior.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADE

Art. 20 - Os servidores admitidos ou contratados nos termos da presente lei estão sujeitos aos mesmos deveres, às mesmas proibições e ao mesmo regime de responsabi-



13 de proc.  
2 de 1977

lidade, bem como às penas de repreensão e suspensão, vigentes para o funcionário público municipal.

Art. 21 - Estendem-se aos servidores admitidos ou contratados as proibições de acumulação de cargos e funções previstas nos artigos 58 a 61 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979.

Art. 22 - É vedado o afastamento do servidor para exercício em órgãos ou entidades diversas para os quais foi admitido ou contratado, salvo autorização expressa do Prefeito, em casos excepcionais.

## CAPÍTULO V

### DA DISPENSA E DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Art. 23 - Ocorrerá a dispensa do servidor admitido:

I - A pedido;

II - Pela conveniência da administração, a juízo da autoridade que procedeu à admissão;

III - Quando o desempenho do servidor não corresponder às necessidades do serviço;

IV - Quando o servidor incorrer em responsabilidade disciplinar;

V - Quando não aprovado em concurso, nos termos do artigo 59, parágrafo único.

§ 1º - A dispensa, no caso do inciso II deste artigo, somente poderá efetuar-se após notificação ao servidor, com 30 (trinta) dias de antecedência e mediante a redução da jornada de trabalho, nesse período, na proporção de 50% (cinquenta por cento), sem qualquer desconto no salário e demais vantagens.

§ 2º - A dispensa, nos casos dos incisos III e IV deste artigo, dependerá de procedimento sumário, no qual, após a instrução, dar-se-á vista dos autos ao servidor para apresentação de defesa, em 5 (cinco) dias.

Art. 24 - Na hipótese do inciso I do artigo anterior, o servidor terá direito à Gratificação de Natal, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho.

Art. 25 - Na hipótese do inciso II do artigo 23, o servidor terá direito a:

I - Receber em pecúnia as férias não gozadas, ou averbá-las em dobro;

Reverendo  
Lei 10.579/83

SUELLY DENHARTE FAGUNDES

REVOGADO  
P/ Lei 10.779/83

II - Gratificação de Natal, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho;

III - Um mês de salário e demais vantagens por ano de serviços prestados a partir da vigência da presente lei.

Art. 26 - Nos casos em que ocorrer o recebimento da importância prevista no artigo 25, inciso III, o servidor não poderá ser novamente admitido pelo prazo de um ano.

Art. 27 - As disposições deste Capítulo aplicam-se aos casos de rescisão contratual.

#### CAPÍTULO VI

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - O tempo de serviço como admitido ou contratado será considerado como tempo de serviço municipal, para os efeitos previstos em lei.

Art. 29 - No prazo de 60 (sessenta) dias, será expedido decreto estabelecendo o número máximo de contratos admissíveis na administração municipal.

#### CAPÍTULO VII

##### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 30 - Os atuais servidores contratados para funções correspondentes às dos cargos públicos passam a ser considerados admitidos e ficam enquadrados no inciso I do artigo 2º desta lei, com salários equivalentes ao vencimento do Grau A da classe correspondente.

Art. 31 - Os atuais servidores contratados para funções não correspondentes às dos cargos públicos, bem como para as funções enumeradas no inciso I do artigo 3º desta lei, terão seu enquadramento revisto e procedido pela Secretaria Municipal da Administração.

Art. 32 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 33 - A presente lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.981, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 3 de dezembro de 1.980, 427ª da fundação de São Paulo.  
REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, PREFEITO  
MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos  
PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças  
JOÃO LOPES GUIMARÃES, Secretário Municipal da Administração  
TUFÍ JUBRAN, Secretário dos Negócios Extraordinários  
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 3 de dezembro de 1.980.  
ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal



LEI Nº 9.168, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

"D.O.M.", DE 5 DE DEZEMBRO DE 1.980

14 de proc.  
27/8/1992

LEI Nº 9.168, DE 4 DE dezembro DE 1.980  
Reorganiza o Quadro de Atividades Artísticas instituído pela Lei nº 8.401, de 8 de junho de 1976, e dá outras providências.

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 11 de novembro de 1.980, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Tabela de Vencimentos e Salários do pessoal do Quadro de Atividades Artísticas, constituída de Referências indicadas pelos códigos "AA" a "AA-23", na conformidade do Anexo I, integrante desta lei.

Art. 2º - O Quadro de Atividades Artísticas instituído pela Lei nº 8.401, de 8 de junho de 1976, passa a ser constituído pelos cargos indicados no Anexo II desta lei, distribuídos na conformidade das Tabelas A e B.

Parágrafo Único - A Tabela A é integrada por cargos pertencentes à PP-I, cargos de natureza permanente de provimento em comissão, e a Tabela B compreende cargos da PS-Parte Suplementar, a serem extintos na medida em que se varem.

Art. 3º - Os cargos e funções gratificadas re-lacionados, respectivamente, nos Anexos III e IV desta lei, fi-cam integrados no Quadro Geral do Pessoal, lotados no Departa-mento de Teatros da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 4º - Ficam criados os cargos e funções gratificadas que, não figurando na coluna "Situação Atual", são discriminados na coluna correspondente à "Situação Nova" dos Anexos II, III e IV, e extintos aqueles que, indicados na co-luna "Situação Atual", não figuram na coluna "Situação Nova" dos referidos anexos.

Art. 5º - Aos integrantes dos Corpos Estáveis e das Unidades de Iniciação Artística, é assegurada ajuda de custo, mensal, destinada à manutenção e conservação de instru-mentos, materiais ou indumentárias, e fixada de acordo com os valores percentuais a seguir indicados:

I - Regente Titular, Regente Assistente e Regente da Orquestra Sinfônica Municipal, Regente da Orquestra Sinfônica Jovem Municipal, Regente do Coral Municipal e Pro-fessor de Escola subordinada à Coordenadoria das Unidades de Iniciação Artística - 5% (cinco por cento) do valor da Refe-rência AA-23;

II - Coreógrafo, Coreógrafo Assistente, Pro-

Lei nº 8.401/76

PL. nº 75-76

Lei nº 8.183/74

PL. 184/74

Lei 9320/81

→ Altera a Lei nº 9168/80

Dec. 17.620/81

Regulamentação

ALTERAÇÕES. Vide

Lei 9467/82, que cria o Centro Cultural São Paulo.

Dec. 25.483/88

Lei nº 10.430/88

Reestruturação

havia redação pela Lei nº 9320/81

Dec. 35.930/96

Depois disso a proposta

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 228,80

EXECUTIVO

SIMP. L. V. PENHABEIRA PROPOSTAS  
A. BASSOIA SOCIAL

Retificação da publicação do dia 5/12/1980

Lei nº 9.168, de 4 de dezembro de 1.980

Leia-se como segue e não como constou:

Art. 6º - ..... Bailarino e Pré-Profissional -  
IV - ..... DOM 16-12-80

fessor de Balé do Corpo de Baile Municipal, Bailarino, Cantor de Coral e Pré-Profissional — 6% (seis por cento) do valor da Referência AA-23;

*haver redação*  
*Lei 9467/82* → III - Professor de Orquestra — 10% (dez por cento) do valor da Referência AA-23.

**Art. 6º** - Os integrantes dos Corpos Estáveis e da Orquestra Sinfônica Jovem Municipal farão jus à gratificação por apresentação pública, de valor variável, na seguinte conformidade:

I - Regente Titular, Regente Assistente e Regente da Orquestra Sinfônica Municipal — 11% (onze por cento) do valor da Referência AA-23;

II - Regente da Orquestra Sinfônica Jovem Municipal — 16% (dezesseis por cento) do valor da Referência AA-23;

III - Regente do Coral Municipal — 3% (três por cento) do valor da Referência AA-23;

IV - Diretor Artístico do Corpo de Baile Municipal, Diretor Artístico Assistente do Corpo de Baile Municipal, Coreógrafo e Coreógrafo Assistente, Bailarino e Pré-Profissional — 2% (dois por cento) do valor da Referência AA-23;

*haver redação*  
*Lei 9467/82* → V - Professor de Orquestra — 6% (seis por cento) do valor da Referência AA-23;

VI - Cantor de Coral — 3% (três por cento) do valor da Referência AA-23.

*haver redação*  
*Lei 9320/81* → § 1º - Todo aquele que não comparecer à apresentação pública decairá do direito de percepção da gratificação. Entretanto, o Diretor Artístico e o Coreógrafo do Corpo de Baile Municipal a ela terão direito, toda a vez que, efetivamente, assistirem o Corpo de Baile nas suas apresentações. O Diretor Artístico Assistente e o Coreógrafo Assistente também farão jus à gratificação sempre que, em substituição, prestarem a referida assistência ao conjunto.

§ 2º - Sempre que o Professor de Orquestra, Bailarino ou Cantor de Coral, em consequência da música ou da coreografia, não participar da apresentação pública do Corpo respectivo e, por força da programação, não se apresentar em substituição, em outros conjuntos ou individualmente, ser-lhe-á garantida a percepção da gratificação.

*§ 3º - Lei nº 9320/81*  
Art. 7º - A gratificação a que se refere o artigo anterior será incorporada aos vencimentos dos servidores, para os efeitos de aposentadoria, observadas as seguintes condições:

I - O valor a ser incorporado corresponderá a

Alterado pelo  
art. 3º da Lei nº  
9320/81



Fórmula E. 15 de proc.  
2 de 1897

1/24 avos do valor total a esse título recebido pelo servidor nos últimos dois anos, corrigidas monetariamente as concedidas antes dos últimos doze meses, de acordo com os coeficientes de reajustamento que, em cada período, ditaram as majorações respectivas.

II - O valor a ser incorporado não poderá exceder ao da gratificação percebida na data em que a aposentadoria for requerida.

Art. 89 - Será assegurada a percepção da gratificação prevista no artigo 69, durante o período de férias efetivamente gozadas, cujo valor corresponderá a 1/12 avos do "quantum" a esse título recebido pelo servidor nos doze meses imediatamente anteriores ao período de férias.

Vide ad. 42 da  
Lei 9467/82 -> Art. 99 - Aos Regentes, ao Diretor Artístico do Corpo de Baile, Diretor Artístico Assistente do Corpo de Baile, Coreógrafo, Coreógrafo Assistente, Professor de Orquestra, Bailarino, Cantor de Coral, Professor de Balé do Corpo de Baile Municipal e Professor de Unidade de Iniciação Artística, sempre que exercitarem atividade especial, em apresentação pública, além das atribuições do seu cargo ou função, poderá ser concedida gratificação, não excedente a 15% (quinze por cento) do valor da Referência AA-23, a juízo do Diretor do Departamento de Teatros.

Parágrafo Único - As atividades normais dos cargos e funções integrantes dos Corpos Estáveis serão fixadas em regulamento a ser baixado pelo Executivo. Não constituem atividades estranhas, entre outras:

a) a apresentação do servidor, individualmente ou em conjunto, em programação oficial, sempre que, pela natureza da música ou coreografia, não for exigida a participação integral do Corpo Estável;

b) a execução de solo, na forma regulamentar;

c) a execução de música por intermédio de instrumento diverso daquele correspondente ao cargo ou função para o qual foi nomeado ou contratado;

d) a substituição, em apresentação pública, do Regente Titular pelo Regente ou pelo Regente Assistente; do Diretor Artístico do Corpo de Baile Municipal pelo Diretor Artístico Assistente; e do Coreógrafo pelo Coreógrafo Assistente.

Art. 10 - Ao servidor, exceto o Coreógrafo do Corpo de Baile Municipal, que criar coreografia cujos direitos forem cedidos à Administração, e por esta aceitos, será assegurado o pagamento de gratificação especial, de valor não exce-

RESOLUÇÃO Lei 9320/81

Passa para "c"  
Lei 9320/81

Assessora

dente ao de duas vezes o da Referência AA-23, a ser fixada pelo Secretário Municipal de Cultura.

Art. 11 - As atribuições e situação funcional no caso de gravação, reprodução, transmissão ou retransmissão, por empresa de radiodifusão, de interpretações e execuções de natureza artística dos integrantes dos Corpos Estáveis ou das Unidades de Iniciação Artística, serão objeto de regulamentação em decreto.

*vide lei nº 9320/81* → Art. 12 - Os cargos de Professor de Orquestra, categorias "A", "B", "C" e "D", e os cargos de Cantor de Coral, constantes do Anexo II, Grupo I, da Lei nº 8.401, de 8 de junho de 1976, ficam reclassificados na forma do Anexo II desta lei, observadas as atuais funções exercidas no conjunto por seus ocupantes.

Art. 13 - O enquadramento nas categorias indicadas no artigo anterior será feito com base no Anexo V desta lei.

Parágrafo Único - As dúvidas quanto ao enquadramento de que trata este artigo serão dirimidas por comissão, a ser designada pelo Secretário Municipal de Cultura, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da vigência da presente lei.

*nova redação*  
*Lei nº 9320/81* → Art. 14 - O quadro da composição básica dos Corpos Estáveis, das Unidades de Iniciação Artística e dos Órgãos de Apoio será estabelecido mediante decreto, obedecida a referência de salários constantes do Anexo VI desta lei.

§ 1º - As funções destinadas ao preenchimento da composição básica a que se refere o "caput" deste artigo serão exercidas mediante admissão, ou contratação para a prestação de serviços técnicos especializados, permitida a contratação de menores e estrangeiros.

§ 2º - A avaliação da capacidade dos candidatos à admissão ou contratação para prestação de serviços técnicos especializados será efetuada por comissão própria da Secretaria Municipal de Cultura.

§ 3º - A contratação será feita a prazo certo e determinado, renovável por prazos iguais ou superiores, no interesse da Administração.

§ 4º - Em caráter excepcional, desde que comprovado o relevante valor artístico, a contratação poderá efetivar-se mesmo quando para o cumprimento de tarefas correspondentes a funções normais pertinentes a cargos existentes no Quadro de Atividades Artísticas, dispensada, se for o caso, a



Feito nº 16 de proc.  
de 2 de 1097

comprovação de 5 (cinco) anos de experiência no ramo.  
nova redação § 5º → Lei nº 9.220/81  
Lei 9.220/81 → Art. 15 - A reclassificação de cargos a que se refere o artigo 2º aplica-se ao pessoal inativo, cuja situação, quando em atividade, tinha correspondência com os cargos constantes dos Anexos II e III.

Art. 16 - Aos atuais titulares de cargos efetivos, cujos vencimentos passam a ser os da Tabela referida no artigo 1º, fica assegurada, como vantagem pessoal, a diferença que percebam a mais na situação atual.

Art. 17 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário, especialmente o parágrafo único do artigo 11, o parágrafo único do artigo 12, e os artigos 13, 14 e 15 da Lei nº 8.401, de 8 de junho de 1976.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 4 de dezembro de 1.980, 4279 da fundação de São Paulo.  
REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, PREFEITO  
MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos  
PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças  
JOÃO LOPES GUIMARÃES, Secretário Municipal da Administração  
TUFI JUBRAN, Secretário dos Negócios Extraordinários  
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 4 de dezembro de 1.980.  
ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal

ACRESCENTAR  
PARA GRAFIA P/KEI  
40.243/867LJ51/81

SUELLY PENHARRUBIA FAGUNDES  
Assessoria - SGM/ATL



Anexo 1: Revalorização pela Lei 9320/81

ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 19 DA LEI Nº 9.168	
DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980	
ESCALA DE REFERÊNCIAS	
REFERÊNCIA	VALOR
AA	10.000,00
AA-1	15.000,00
AA-2	18.000,00
AA-3	21.000,00
AA-4	24.000,00
AA-5	27.000,00
AA-6	30.000,00
AA-7	33.000,00
AA-8	36.000,00
AA-9	39.000,00
AA-10	42.000,00
AA-11	45.000,00
AA-12	48.000,00
AA-13	51.000,00
AA-14	54.000,00
AA-15	57.000,00
AA-16	60.000,00
AA-17	63.000,00
AA-18	66.000,00
AA-19	69.000,00
AA-20	72.000,00
AA-21	75.000,00
AA-22	78.000,00
AA-23	81.000,00



Anexos II a VII → substituídos pelos Anexos II a VII  
da Lei nº 9350/81 17 de proc.  
2 de 1997

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 29 DA LEI Nº 9.168

DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

CARGOS DO QUADRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS

TABELA A

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
DESCRIÇÃO	LOT. C/O	REF. NÚMICA	PART. TABELA	OBSERVAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOT. C/O	REF. NÚMICA	PART. TABELA	OBSERVAÇÃO
I - Regente	1	DA-11	PS	Destinado à extinção na vacância	I - Regente	3	AA-21	PP-I	Livre provimento em comissão
Regente Assistente	2	DA-10	PS		a) Orquestra Sinfônica Jovem Municipal b) Coral Lírico c) Coral Paulistano				
II - Diretor de Escola	2	DA-10	PP-I	Livre provimento em comissão	II - Diretor de Escola	2	AA-7	PP-I	Livre provimento em comissão
a) Escola Municipal de Música b) Escola Municipal de Ballet					a) Escola Municipal de Música b) Escola Municipal de Ballet				
III - Chefe de Seção	7	34	PP-I	Livre provimento em comissão, exigida habilitação compatível com a Área da Criação	III - Chefe de Seção (Após Técnico e Otimização)	7	AA-5	PP-I	Livre provimento em comissão, exigida habilitação compatível com a Área de criação.
a) Redação Artística e Programação Visual b) Arquivo Artístico c) Cercofonia d) Guarda-Roupa e) Serviços Técnicos de Palco e Produção f) Iluminação g) Equipamento Geral de Alameda Técnica					a) Redação Artística e Programação Visual b) Arquivo Artístico c) Cercofonia d) Guarda-Roupa e) Serviços Técnicos de Palco e Produção f) Iluminação g) Equipamento Geral de Alameda Técnica				
IV - Inspetor	4	DA-8	PS	Destinado à extinção na vacância	IV - Inspetor de:			PP-I	Livre provimento em comissão
a) Orquestra Sinfônica Municipal b) Orquestra Sinfônica Jovem Municipal c) Coral Municipal d) Corpo de Baile Municipal					a) Orquestra Sinfônica Municipal b) Orquestra Sinfônica Jovem Municipal c) Coral Municipal d) Corpo de Baile Municipal	1 1 2 1	AA-9 AA-4 AA-4 AA-4		
V - Encarregado Geral (Equipamentos do Teatro Municipal)	1	17	PS	Idem	V - Encarregado Geral (Equipamentos do Teatro Municipal)	1	AA-1	PP-I	Livre provimento em comissão.
VI - Iluminador de Teatro	1	13	PS	Idem	VI - Iluminador Cênico	3	AA-3	PP-I	Livre provimento em comissão
VII - Auxiliar de Manutenção	1	12	PS	Idem	VII - .....	...	...	...	.....
VIII - Montador de Orquestra	3	17	PS	Idem	VIII - Montador	9	AA-3	PP-I	Idem
a) Orquestra Sinfônica Municipal b) Orquestra Sinfônica Jovem									
IX - Auxiliar de Montador de Orquestra (Orquestra Sinfônica Jovem)	1	13	PS	Idem	IX - .....	...	...	...	.....

TABELA B

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
DESCRIÇÃO	LOT. C/O	REF. NÚMICA	PART. TABELA	OBSERVAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOT. C/O	REF. NÚMICA	PART. TABELA	OBSERVAÇÃO
I - Regente	1	DA-11	PS	Destinado à extinção na vacância	I - Regente	1	AA-21	PS	Destinado à extinção na vacância
II - Professor de Orquestra	106		PP-III	Excluídos, de provimento efetivo, mediante concurso	II - Professor de Orquestra	106		PS	Excluídos os vagas e os que se aposentarem
a) Categoria "D" b) Categoria "C" c) Categoria "B" d) Categoria "A"		34 22 22 22			a) Categoria IV b) Categoria III c) Categoria II d) Categoria I		AA-15 AA-13 AA-11 AA-9		
III - Professor de Orquestra (Duplante)	10	DA-7	PP-I	Livre provimento em comissão	III - .....	...	...	...	.....
IV - Professor (Escola Municipal de Ballet)	15	20	PS	Destinado à extinção na vacância	IV - Professor (Escola Municipal de Ballet)	15	AA-3	PS	Destinado à extinção na vacância
V - Pianista	5	20	PS	Destinado à extinção na vacância	V - Pianista Excluídos	17	AA-3	PS	Idem
a) Coral Municipal b) Escola Municipal de Ballet									
VI - Redator Artístico	1	20	PS	Destinado à extinção na vacância	VI - Redator Artístico	5	AA-4	PS	Idem
VII - Arquivista Artístico	3	20	PS	Idem	VII - Arquivista Artístico	10	AA-4	PS	Idem
VIII - Copista Musical	5	20	PS	Idem	VIII - Copista Musical	5	AA-4	PS	Idem
IX - Cantor de Coral	111	22	PS	Destinado à extinção na vacância	IX - Cantor de Coral	111	AA-14	PS	Excluídos os vagas e os que se aposentarem

CELESTY PENHABRIBIA FAGUNDES  
1997

ANEXO III A QUE SE REFERE O ART. 39 DA LEI Nº 9.168

DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

CARGOS DO QUADRO GERAL DO PESSOAL LOTADOS NO  
DEPARTAMENTO DE TEATROS

GRUPO I

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
DESCRIÇÃO	Lote ção	Referência	Parte Tabela	OBSERVAÇÃO	DESCRIÇÃO	Lote ção	% (q rência)	Parte Tabela	OBSERVAÇÃO
I - Diretor Técnico e Artístico do Departamento de Teatros	1	DA-13	PP-1	Livre provimento em comissão	I - Diretor Técnico e Artístico (Departamento de Teatros)	1	DA-13	PP-1	Livre provimento em comissão
II - Assistente Técnico de Direção II	6	DA-11	PP-1	Livre provimento, exigida habilitação compatível com área de assistência	II - Assistente Técnico de Direção II	6	DA-11	PP-1	Livre provimento em comissão, exigida habilitação compatível com o campo de atuação
III - Assistente Técnico de Divulgação	10	DA-11	PP-1	Livre provimento, exigida habilitação compatível com área de assistência	III - Assistente Técnico de Divulgação	10	DA-11	PP-1	Livre provimento em comissão, exigida habilitação compatível com o campo de atuação
IV - Coordenador das Corros Estáveis e das Unidades de Iniciação Artística e da Supervisão Orquestral dos Teatros Municipais	3	DA-11	PP-1	Idem, exigida habilitação compatível com a área de coordenação	IV - Coordenador das Corros Estáveis e das Unidades de Iniciação Artística e da Supervisão Orquestral dos Teatros Municipais	3	DA-11	PP-1	Idem, exigida habilitação compatível com o campo de atuação
V -	-	-	-	-	V - Programador	4	DA-7	PP-1	Livre provimento em comissão
VI - Diretor da Divisão Administrativa	1	DA-8	PP-1	Livre provimento em comissão	VI - Diretor da Divisão Administrativa	1	DA-11	PP-1	Livre provimento em comissão
VII - Administrador de Teatros e Auditórios	8	DA-3	PP-1	Livre provimento em comissão	VII - Administrador de Teatros e Auditórios	8	DA-6	PP-1	Livre provimento em comissão
VIII - Auxiliar de Gabinete	2	DA-1	PP-1	Livre provimento em comissão	VIII - Auxiliar de Gabinete	2	DA-1	PP-1	Livre provimento em comissão
IX - Chefe de Seção de Contratos	1	19	PP-1	Livre provimento em comissão	IX - Chefe de Seção de Contratos e Administrativa do Corpo de Baile Municipal	2	DA-4	PP-1	Livre provimento em comissão
X - Assistente de Direção de: a) Escola Municipal de Música b) Escola Municipal de Balé	2	DA-8	PP-1	Livre provimento em comissão	X - Assistente de Direção de: a) Escola Municipal de Música b) Escola Municipal de Balé	2	DA-8	PP-1	Livre provimento em comissão

GRUPO II

I - Contador Chefe	1	24	PP-II	Provisão por acordo	I - Contador Chefe	1	24	PP-II	Provisão por acordo na forma da legislação em vigor
--------------------	---	----	-------	---------------------	--------------------	---	----	-------	---

GRUPO III

I - Chefe de Seção de Dependentes e de Pessoal e de Saladoria	3	19	PP-II	Provisão por acordo	I - Chefe de Seção de Dependentes e de Pessoal e de Saladoria	3	19	PP-II	Provisão por acordo na forma da legislação em vigor
II - Almoço Chefe	1	19	PP	Provisão por acordo	II - Almoço Chefe	1	19	PP-II	Provisão por acordo na forma da legislação em vigor
III - Encarregado de Serviço	1	17	PP	Destinado à extinção na unidade	III - Encarregado de Serviço	1	17	PP	Destinado à extinção na unidade



18  
2 do 1992

ANEXO IV A QUE SE REFERE O ART. 39 DA LEI Nº 9.168

..DE -4 DE DEZEMBRO DE 1.980

FUNÇÕES GRATIFICADAS DO QUADRO GERAL DO PESSOAL

**DESTINADAS AO DEPARTAMENTO DE TEATROS**

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO	FORMA DE DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO	FORMA DE DESIGNAÇÃO
Secretaria do Diretor do Departamento	1	PG.5	Designação pelo Diretor do Departamento, dentre servidores	Secretaria do Diretor do Departamento	1	PG.5	Designação pelo Diretor do Departamento, dentre servidores Municipais
Auxiliar de Gabinete				Auxiliar de Gabinete			
a) de Coordenadoria de Engenharia Artística	1	PG.2	Idem	a) de Coordenadoria de Engenharia Artística	1	PG.2	Idem
b) de Coordenadoria e Supervisão Operacional	1	PG.2	Idem	b) de Coordenadoria e Supervisão Operacional	1	PG.2	Idem
c) de Divisão Administrativa	1	PG.2	Idem	c) de Divisão Administrativa	1	PG.2	Idem
				d) de Coordenadoria dos Corpos Brúvies	2	PG.2	Idem
Encargado de Serviço				Encargado de Serviço			
I - Coordenadoria dos Corpos Brúvies				I - Coordenadoria dos Corpos Brúvies			
a) Serviço de Cópia e Propaganda	1	PG.5	Idem	a) Serviço de Cópia e Propaganda	1	PG.5	Idem
II - Coordenadoria e Supervisão Operacional dos Teatros Municipais				II - Coordenadoria e Supervisão Operacional dos Teatros Municipais			
1. Seção Operacional	4	PG.5	Idem	1. Seção Operacional	4	PG.5	Idem
a) de Carpintaria				a) de Carpintaria			
b) de Pintura				b) de Pintura			
c) de Decoração				c) de Decoração			
d) de Adesivos				d) de Adesivos			
2. Seção de Guarda-Roupa	4	PG.4	Idem	2. Seção de Guarda-Roupa	5	PG.4	Idem
a) de Costura				a) de Costura			
b) de Chapalaria				b) de Chapalaria			
c) de Sapataria				c) de Sapataria			
d) de Peruaquia				d) de Peruaquia			
3. Seção de Serviços Técnicos de Palco e Produção	7	PG.5	Idem	3. Seção de Serviços Técnicos de Palco e Produção	7	PG.5	Idem
a) de Produção				a) de Produção			
b) de Manutenção de Palco				b) de Manutenção de Palco			
c) de Montagem e Guarda de Instrumentos				c) de Montagem e Guarda de Instrumentos			
d) de Sonoplastia				d) de Sonoplastia			
e) de Costura-Reparo				e) de Costura-Reparo			
f) de Acessórios				f) de Acessórios			
g) de Manutenção				g) de Manutenção			
4. Seção de Equipamento Geral e Alimentação Técnica	1	PG.3	Idem	4. Seção de Equipamento Geral e Alimentação Técnica	1	PG.3	Idem
				5. Seção de Iluminação	2	PG.4	Idem
				a) de Eletroeletrônica			
				b) de Iluminação			
				III - Divisão Administrativa			
				1. Diretoria de Divisão			
				a) de Biblioteca	1	PG.3	Idem
				IV - Coordenadoria das Unidades de Instalação Artística			
				1. de Escola Municipal de Teatro	1	PG.2	Idem

SUELLY PENHAKKUN TAGUNDES  
Assessora - SGM/ATE

ANEXO V A QUE SE REFERE O ART. 13 DA LEI Nº 9.168

DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

COMPOSIÇÃO ARTÍSTICA DA ORQUESTRA SINFÔNICA MUNICIPAL

PROFESSORES DE ORQUESTRA	QUANTIDADE
<b>CATEGORIA IV</b>	
SPALA	2
<b>CATEGORIA III</b>	
CONCERTINO DOS PRIMEIROS VIOLINOS	2
SPALA DOS SEGUNDOS VIOLINOS	2
SPALA DAS VIOLAS	2
SPALA DOS VIOLONCELOS	2
SPALA DOS CONTRABAIXOS	2
DUA PRIMEIRA FLAUTAS E PICOLO	2
DOIS PRIMEIROS OBOES	2
DOIS PRIMEIROS CLARINETES	2
DOIS PRIMEIROS FAGOTES	2
DOIS PRIMEIROS TROMPETES (TOCANDO INSTRUMENTAL 7/BACH)	2
DUA PRIMEIRAS TROMBAS	2
DOIS PRIMEIROS TROMBONES	2
BARFA PRIMEIRA	2
TECLADOS	1
ORGÃO	1
TÍMBARO	1
PRIMEIRO PERCUSSIONISTA E SUBSTITUTO DE TÍMBARO	1
<b>CATEGORIA II</b>	
CONCERTINO DOS SEGUNDOS VIOLINOS	2
CONCERTINO DAS VIOLAS	2
CONCERTINO DOS VIOLONCELOS	2
CONCERTINO DOS CONTRABAIXOS	2
SEGUNDA FLAUTA E PICOLO	1
TERCEIRA FLAUTA, PICOLO E SUBSTITUTO DO PRIMEIRA FLAUTA	1
QUARTA FLAUTA, PICOLO E SUBSTITUTO DO SEGUNDA FLAUTA (FLAUTA EM SOL)	1
SEGUNDO OBOISTA	1
TERCEIRO OBOISTA, CORNO INGLÊS E SUBSTITUTO DO PRIMEIRO OBOE	1
QUARTO OBOISTA, CORNO INGLÊS E SUBSTITUTO DO SEGUNDO OBOE	1
SEGUNDO CLARINETE	1
TERCEIRO CLARINETE, CLARINETE EM RE E SUBSTITUTO DO PRIMEIRO CLARINETE	1
QUARTO CLARINETE, CLARINETE EM RE E SUBSTITUTO DO SEGUNDO CLARINETE	1
SEGUNDO FAGOTE	1
TERCEIRO FAGOTE, CONTRAFAGOTE E SUBSTITUTO DO PRIMEIRO FAGOTE	1
QUARTO FAGOTE, CONTRAFAGOTE E SUBSTITUTO DO SEGUNDO FAGOTE	1
SEGUNDA TROMPA	1
TERCEIRA TROMPA, SUBSTITUTO DO PRIMEIRO TROMPA	1
QUARTO TROMPA, SUBSTITUTO DO SEGUNDO TROMPA	1
QUINTO TROMPA, SUBSTITUTO DO TERCEIRO TROMPA	1
SEGUNDO TROMPETA (TOCANDO INSTRUMENTAL DE BACH)	1
TERCEIRO TROMPETA (TOCANDO INSTRUMENTAL DE BACH) E SUBSTITUTO DO PRIMEIRO TROMPETA	1
QUARTO TROMPETA (TOCANDO INSTRUMENTAL DE BACH) E SUBSTITUTO DO SEGUNDO TROMPETA	1
SEGUNDO TROMBONE	1
TERCEIRO TROMBONE (BAIXO) E SUBSTITUTO DO SEGUNDO TROMBONE	1
QUARTO TROMBONE (BAIXO) E SUBSTITUTO DO TERCEIRO TROMBONE	1
TUBA	1
PRIMEIRO PERCUSSIONISTA (ESPECIALISTA EM TECLADOS)	1
SEGUNDO PERCUSSIONISTA E SUBSTITUTO DE TÍMBARO	1
PRIMEIRO PERCUSSIONISTA E SEGUNDO TÍMBARISTA	1
SEGUNDA BARFA	1
PROFESSORES DE ORQUESTRA	QUANTIDADE
<b>CATEGORIA I</b>	
PRIMEIROS VIOLINOS DE FILA	15
SEGUNDOS VIOLINOS DE FILA	13
VIOLAS DE FILA	9
VIOLONCELOS DE FILA	8
CONTRA-BAXOS DE FILA	6
PROFESSOR DE ORQUESTRA ESTAGIÁRIO (BOLSISTA)	24

OBSERVAÇÃO: A RELAÇÃO SUPRA IDENTIFICA A CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DE CADA PROFESSOR DE ORQUESTRA.



6

Form. n.º 19 de proc.  
2 de 1997

ANEXO VI A. QUE SE REFERE O ART. 14 DA LEI Nº 9.168

DE 4 DE DEZEMBRO DE 1.980

COMPOSIÇÃO BÁSICA DO QUADRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS

	CARGO OU FUNÇÃO	REPOSIÇÃO
<b>I - CORPOS EXISTENTES</b>		
<b>A - Orquestra Sinfônica Municipal</b>	Regente Titular	AA-23
	Regente Assistente	AA-21
	Regente	AA-21
	Professor de Orquestra	
	a) Categoria IV	AA-15
	b) Categoria III	AA-13
	c) Categoria II	AA-11
	d) Categoria I	AA-9
	Inspector	AA-9
	Professor de Orquestra Estágio (Bolsista)	AA
<b>B - Corpo de Baile Municipal</b>	Diretor Artístico	AA-23
	Diretor Artístico Assistente	AA-16
	Coreógrafo	AA-14
	Coreógrafo Assistente	AA-12
	Professor de "Ballet"	AA-17
	Bailarinos:	
	Categoria "B"	AA-13
	Categoria "A"	AA-11
	Pré-Profissional	AA-1
	Pianista Orquestral	AA-3
	Percussionista	AA-3
	Inspector	AA-4
<b>C - Coral Municipal</b>	Regente	AA-21
	a) Coral Lírico	
	b) Coral Paulistano	
	Cantor de Coral	AA-14
	a) primeiro soprano	
	b) segundo soprano	
	c) primeiro contralto	
	d) segundo contralto	
	e) primeiro tenor	
	f) segundo tenor	
	g) barítono	
	h) baixo	
	Inspector	AA-4
	a) Coral Lírico	
	b) Coral Paulistano	
<b>II - UNIDADES DE DIREÇÃO ARTÍSTICA</b>		
<b>A - Orquestra Sinfônica Jovem Municipal</b>	Regente	AA-21
	Inspector	AA-4
	Diretor	AA-7
	Professor	AA-3
	Professor Suplente	AA-3
<b>B - Escola Municipal de Música</b>		
<b>C - Escola Municipal de Ballet</b>	Diretor	AA-7
	Professor	AA-3
	Pianista Orquestral	AA-3
<b>III. CARGOS DE APOIO</b>		
<b>A - Técnico</b>		
<b>1. Redação Artística e Programação Visual</b>	A - Redator de Programas Artísticos	AA-4
	B - Técnico de Produção Gráfica	AA-2
	A - Assistentes	AA-4
	B - Copista	AA-4
	A - Alinhador de Plano e Croqui	AA-3
	B - Construtor de Croqui	AA-3
	C - Listado	AA-4
	D - Montagem	AA-3
<b>2. Serviços Técnicos de Palco e Produção</b>	A - Carpinteiro de Cena	AA-1
	B - Pintor	AA
	C - Coreógrafo Escenográfico	AA-3
	D - Aderecista	AA-2
	E - Auxiliar de Coreógrafo	AA-1

LY PENHARUBIA FAGUNDES  
Assessora - SGM/ATL

LEI Nº 10.793, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1.989  
"D.O.M." , DE 22 DE DEZEMBRO DE 1.989.

Folha nº 20 de proc.  
nº 2 de 1997

LEI Nº 10.793, DE 21 DE Dezembro DE 1989

Dispõe sobre contratação por tempo determinado, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de dezembro de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei disciplina as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - As contratações a que se refere o artigo 1º somente poderão ocorrer nos seguintes casos:

I - Calamidade pública;  
II - Inundações, enchentes, incêndios, epidemias e surtos;

III - Campanhas de saúde pública;

IV - Prejuízo ou perturbações na prestação de serviços públicos essenciais;

V - De emergência, quando caracterizada a urgência e inadiabilidade de atendimento da situação que possa comprometer a realização de eventos, ou ocasionar prejuízo à saúde ou à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

VI - Necessidade de pessoal, em decorrência de dispensa, demissão, exoneração, falecimento e aposentadoria, nas unidades de prestação de serviços essenciais, estando em tramitação processo para realização de concurso.

Art. 3º - As contratações serão feitas pelo tempo estritamente necessário para atender as hipóteses elencadas no artigo anterior, observado o prazo máximo de 6 (seis) meses.

§ 1º - É vedada a prorrogação de contrato, salvo se:

a) houver obstáculo judicial para a realização de concurso;  
b) o prazo da contratação for inferior ao estipulado neste artigo, podendo a prorrogação ser efetuada até aquele limite.

§ 2º - É vedada a contratação da mesma pessoa, ainda que para serviços diferentes, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar do término do contrato.

Art. 4º - As contratações serão precedidas de processo, iniciado por proposta dos Secretários Municipais, e mediante prévia autorização da Prefeita, ouvidoria da Secretaria Municipal da Administração, para eventuais esclarecimentos.

§ 1º - A autorização e a respectiva fundamentação legal deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município.

§ 2º - Constarão obrigatoriamente das propostas de contratação:

I - A justificativa, nos termos do artigo 2º;

II - O prazo;

III - A função a ser desempenhada;

IV - A remuneração;

V - A dotação orçamentária;

VI - Demonstração de existência de recursos;

VII - Habilitação exigida para a função.

Art. 5º - As contratações deverão observar as seguintes condições:

I - Para funções que correspondam a cargos, com idêntica denominação e referência;

II - Exigência do mesmo nível de escolaridade e demais requisitos de provimento;

III - Fixação de remuneração no grau "A" da respectiva referência de vencimento, na classe inicial, quando se tratar de carreira;

IV - Prestação de horas semanais de trabalho correspondentes à prevista para as funções a serem desempenhadas.

Parágrafo único - É expressamente vedada a contratação quando existirem cargos vagos e candidatos aprovados em concurso.

Art. 6º - Só poderão ser contratados, nos termos desta lei, os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

I - Ser brasileiro;

II - Ter completado 18 (dezoito) anos de idade;

PROC. 10.010 263.89/59

REGULAMENTADA 7/p  
DEC. 28.703/90

Lei 10.860/90  
PL. 57/90

Lei 10.957/91

PL. nº 07/91

Lei 11.164/92  
PL 043/92

Lei 11.229/92

Lei 11.448/93

Dispacho de 2.7.94

Ofício 132/54 - SUS - Y.8.54  
Contratação temporária

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 524/89

EXECUTIVO

Assessoria - SGT. A. A.

III - Estar no gozo dos direitos políticos;  
IV - Estar quite com as obrigações militares;

V - Ter boa conduta;  
VI - Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções;

VII - Possuir habilitação profissional para o exercício das funções, quando for o caso;

VIII - Atender às condições especiais, prescritas em lei ou decreto, para determinadas funções.

Parágrafo único - O contratado assumirá o desempenho de suas funções no prazo convencionado no contrato, apresentando na oportunidade a comprovação de suas condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das funções, consubstanciadas em laudo de sanidade e capacidade emitido pelo órgão médico competente da Prefeitura.

Art. 79 - Os contratados nos termos da presente lei estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções

públicas, e ao mesmo regime de responsabilidade vigentes para os demais servidores públicos municipais, no que couber.

Art. 89 - Aos contratados nos termos da presente lei assistem os mesmos direitos e vantagens dos demais servidores públicos municipais, no que couber, e observado sempre o termo final do contrato.

Art. 99 - Ocorrerá a rescisão contratual:

I - A pedido do contratado;

II - Pela conveniência da Administração, a juízo da autoridade que procedeu à contratação;

III - Quando o contratado incorrer em falta disciplinar.

Art. 10 - Na hipótese do inciso I do artigo anterior, o servidor terá direito ao 13º salário proporcional ao tempo de serviço prestado.

Art. 11 - Na hipótese do inciso II do artigo 99, o contratado terá direito a:

I - 13º salário proporcional;

II - Pagamento de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal.

Parágrafo único - Na hipótese da rescisão ocorrer em período inferior a 30 (trinta) dias do término do contrato, a indenização a que se refere o inciso II deste artigo equivalerá ao valor da remuneração proporcional ao número de dias faltantes para o término.

Art. 12 - É vedado atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes do contrato, bem como designações especiais, nomeações para cargos em comissão, afastamentos de qualquer espécie, exceto os compatíveis com a natureza deste vínculo.

Art. 13 - É vedada a contratação para função correspondente a cargo em comissão.

Art. 14 - As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, às Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 15 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de Dezembro de 1989, 4369 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

HÉLIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

FERMINO FECHIO FILHO, Secretário Municipal da Administração

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde

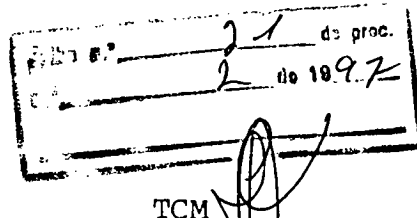
LADISLAS DOWBOR, Secretário dos Negócios Extraordinários  
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 21 de Dezembro de 1989.

JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal



Lei nº 11.548, de 21 de junho de 1994

DOM de 22 de junho de 1994



## ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 866/93

EXECUTIVO

LEI Nº 11.548, DE 21 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre a reorganização parcial do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, altera disposições da Lei nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, os Anexos VI e VII da Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, e dá outras providências.

PAULO MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de junho de 1994, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a reorganização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, criando e transformando cargos que integram os seus quadros de pessoal.

Art. 2º - O Capítulo IV do Título I da Lei nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, que trata "Da Organização", tem alterada a sua denominação e os artigos 4º do Capítulo I e 17 do Capítulo IV passam a ter a seguinte redação:

### TÍTULO I CAPÍTULO I

Art. 4º - Os serviços do Tribunal serão desenvolvidos pela Secretaria-Diretoria Geral, com quadro próprio de pessoal em regime jurídico único, compreendendo uma Secretaria da Fiscalização e Controle, uma Secretaria da Administração e uma Secretaria de Informática.

### CAPÍTULO IV

#### DO REGIMENTO INTERNO E DO REGULAMENTO DA SECRETARIA-DIRETORIA GERAL, DAS SECRETARIAS DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA ADMINISTRAÇÃO E DA INFORMÁTICA

Art. 17 - Os serviços auxiliares da Secretaria-Diretoria Geral, da Secretaria da Fiscalização e Controle, da Secretaria da Administração e da Secretaria de Informática serão disciplinados pelo disposto nesta lei e no Regimento Interno do Tribunal.

Art. 3º - O Título XI da Lei nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, que trata "Da Organização Interna", passa a ter a seguinte redação:

### TÍTULO XI DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 56 - O Tribunal terá sua atividade interna exercida pelos órgãos previstos neste Título.

### CAPÍTULO I DOS GABINETES

Art. 57 - O Gabinete da Presidência compõem-se de 1 (uma) Chefia de Gabinete, 1 (uma) Chefia de Cerimonial, 1 (uma) Assessoria de Imprensa e 1 (uma) Seção Administrativa.

Art. 58 - Os Gabinetes de Conselheiros compõem-se de 1 (uma) Chefia de Gabinete, 1 (uma) Assessoria de Gabinete e 1 (uma) Seção Administrativa.

### CAPÍTULO II DA SECRETARIA-DIRETORIA GERAL

Art. 59 - As funções de controle externo, destinadas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta serão exercidas por intermédio da S-D.G., subordinada ao Colegiado, cujas atribuições se distribuirão entre a Secretaria de Fiscalização e Controle, a Secretaria da Administração e a Secretaria da Informática.

Art. 60 - A S-D.G., com 1 (uma) Consultoria, 1 (uma) Seção Administrativa e 1 (um) setor operacional, é constituída por:

I - Subchefia;

II - Departamento Processual, composto de:

a) Divisão Técnica de Cartório e Controle de processos, com:

1) Seção Técnica de Cadastramento e Expedição, com:

- 1 (um) setor técnico;

- 2 (duas) unidades administrativas;

2) Seção Técnica de Autuação, com:

- 2 (duas) unidades administrativas;

3) Seção de Protocolo;

4) Seção de Arquivo;  
b) Divisão Técnica Processual, com:  
1) Seção Técnica de Pauta e Juízo Sin-

gular, com:  
- 2 (duas) unidades administrativas;

2) Seção Técnica de Redação, com:  
- 2 (duas) unidades administrativas;  
3) Seção Técnica de Ofícios;  
c) Seção Administrativa;

III - Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação, com:

a) Seção Técnica de Biblioteca;  
b) Seção Técnica de Documentação, com:  
- 1 (um) setor operacional.

Art. 61 - As atribuições da S-D.G. serão disciplinadas pelo disposto nesta lei e no Regimento Interno.

### CAPÍTULO III

#### DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Art. 62 - A Secretaria de Fiscalização e Controle, com 1 (um) Grupo de Apoio e Planejamento e 1 (uma) Seção Administrativa, é constituída por:

I - Assessoria Técnica, composta de:

a) 3 (três) Subchefias;  
b) Seção Técnica de Aposentadoria e Pensão;

c) Seção Administrativa;

II - Departamento de Auditoria I, composto de:

a) Divisão Técnica I, com:

1) 3 (três) Seções Técnicas;

b) Divisão Técnica II, com:

1) 2 (duas) Seções Técnicas;

c) Divisão Técnica III, com:

1) 2 (duas) Seções Técnicas;

d) Seção Administrativa;

III - Departamento de Auditoria II, composto de:

a) Divisão Técnica IV, com:

1) 2 (duas) Seções Técnicas;

b) Divisão Técnica V, com:

1) 2 (duas) Seções Técnicas;

c) Divisão Técnica VI, com:

1) 2 (duas) Seções Técnicas;

d) Seção Administrativa.

Art. 63 - As atribuições da Secretaria de Fiscalização e Controle serão disciplinadas pelo disposto nesta lei e no Regimento Interno.

### CAPÍTULO IV

#### DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 64 - A Secretaria da Administração, com 1 (uma) Seção Administrativa, é constituída por:

I - Departamento da Administração, composto de:

a) Divisão Técnica de Recursos Humanos, com:

1) Seção Técnica de Recursos Humanos;

2) Seção Técnica de Pessoal, com:

- 5 (cinco) unidades administrativas;

3) Seção Técnica de Saúde;

b) Divisão Técnica Administrativa, com:

1) Seção Técnica de Contratos, com:

- 2 (dois) setores técnicos;

2) Seção de Reparos e Manutenção, com:

- 1 (uma) unidade administrativa;

- 1 (um) setor operacional;

3) Seção de Almoxarifado;

4) Seção de Serviços Gerais, com:

- 9 (nove) setores operacionais;

5) Seção de Transportes, com:

- 1 (uma) unidade administrativa;

- 1 (um) setor operacional;

c) Seção Administrativa;

II - Departamento de Contabilidade e Finanças, composto de:

a) Divisão Técnica de Contabilidade, com:

1) Seção Técnica de Escrituração, com:

- 2 (duas) unidades administrativas;

2) Seção Técnica de Empenho e Despesa Orçamentária;

b) Divisão Técnica de Finanças, com:

1) Seção Técnica de Folha de Pagamento;

2) Seção de Tesouraria;

c) Seção Administrativa;

III - Creche.

Art. 65 - As atribuições da Secretaria de Administração serão disciplinadas pelo disposto nesta lei e no Regimento Interno.

CAPÍTULO V  
DA SECRETARIA DA INFORMÁTICA

Art. 66 - A Secretaria de Informática, com 1 (uma) Seção Administrativa, é constituída por:

- I - Supervisão de Suporte ao Usuário;
- II - Supervisão de Desenvolvimento de Sistemas.

Art. 67 - As atribuições da Secretaria de Informática serão disciplinadas pelo disposto nesta lei e no Regimento Interno.

CAPÍTULO VI  
DO PESSOAL

Art. 68 - Os atuais cargos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo que integram as tabelas constantes dos Anexos VI e VII, a que se referem os artigos 5º e 9º da Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, ficam com as denominações, referências de vencimentos e forma de provimento estabelecidas de conformidade com os Anexos I e II, que integram a presente lei, observadas as seguintes normas:

- I - Criados, os que constam na "Situação Nova", sem correspondência na "Situação Atual";
- II - Extintos ou transferidos, os que figuram apenas na "Situação Atual";
- III - Mantidos, com as transformações eventualmente ocorridas, os que figuram nas duas situações.

§ 1º - Os Cargos ora criados que correspondem a carreiras já instituídas ficam incluídos nos Anexos próprios das respectivas leis, alterada a estrutura da carreira quando for o caso.

§ 2º - Serão extintos os cargos de Topógrafo e os vagos da carreira de Procurador e, a medida em que vagarem, os cargos da carreira de Técnico de Contabilidade.

§ 3º - Por opção do respectivo titular serão transferidos para o Quadro do Poder Executivo Municipal, carreira de Procurador, passando a integrar o Anexo I da Lei nº 10.182, de 30 de outubro de 1986, os cargos ocupados da carreira de procurador do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, mantido o provimento no nível em que se encontram.

Art. 69 - O provimento e a lotação do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo serão feitos na forma prevista na presente lei e no Regimento Interno.

Art. 70 - Aos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo aplica-se a legislação estabelecida para os servidores da Câmara Municipal de São Paulo, inclusive os valores e forma de cálculo das vantagens e das escalas de vencimentos por elas adotadas, ainda que não expressamente prevista essa extensão, e, no que couber, a legislação estabelecida para o servidor da Prefeitura.

Parágrafo único - Na regulamentação de matéria inserida no "caput" deste artigo, o Tribunal, sempre que necessário, se manifestará através de Resolução.

Art. 71 - Pelo exercício de cargos de provimento em comissão, cuja natureza corresponda a encargos de natureza, chefia, direção, assistência ou assessoramento técnico, os servidores efetivos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo farão jus a uma gratificação de função, de conformidade com os percentuais e bases estabelecidos para a Administração Municipal.

§ 1º - A gratificação a que se refere este artigo, desde que percebida por 5 (cinco) anos, adquire caráter de permanência.

§ 2º - VETADO

Art. 72 - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimento, vencimento e vantagens dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de 5 (cinco) anos.

Art. 4º - Os artigos constantes do Título XII da Lei nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, que trata "Das Disposições Finais e Transitórias", ficam revogados.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de junho de 1994, 441ª da fundação de São Paulo.

PAULO MALUF, PREFEITO

JOSÉ ALTINO MACHADO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CELSO ROBERTO PITTA DO NASCIMENTO, Secretário das Finanças

JOSÉ EDUARDO FADUL, Secretário Municipal da Administração  
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 21 de junho de 1994.

EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO IÇÁ S.P.

PARTE FUNDAMENTAL - TABELA A (PP-1) - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DEMONSTRAÇÃO	REF	PARTE TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DEMONSTRAÇÃO	REF	PARTE TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
01	Secretário-Diretor Geral	DAS-14	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	01	Secretário-Diretor Geral	DAS-14	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores ativos e inativos da Administração Municipal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
01	Secretário Administrativo	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais ou Administração	01	Secretário da Administração	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores ativos e inativos da Administração Municipal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais ou Administração
01	Secretário Processual	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	01	Secretário da Fiscalização e Controle	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores ativos e inativos da Administração Municipal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, Administração ou Economia
01	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de nível universitário	01	Secretário de Informática	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Engenharia, com experiência mínima de 2 (dois) anos na área de informática
-	-	-	-	-	01	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de nível universitário
-	-	-	-	-	01	Chefe de Gabinete	DAS-15	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de nível universitário
-	-	-	-	-	01	Sub-Secretário-Diretor Geral	DAS-14	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores ativos e inativos da Administração Municipal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
03	Diretor Técnico de Departamento	DAS-14	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Ciências Contábeis (3), Administração, Ciências Contábeis ou Direito (1), e Direito (1)	03	Diretor Técnico de Departamento - Auditoria (2)	DAS-14	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente
-	-	-	-	-	-	- Contabilidade e Finanças	-	-	Dentre titulares de cargos das carreiras de Contador ou Agente de Fiscalização Financeira
-	-	-	-	-	-	- Processual	-	-	Dentre titulares de cargos da carreira de Contador
-	-	-	-	-	-	- da Administração	-	-	Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
-	-	-	-	-	-	-	-	-	Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível universitário

SUELLY PENHARRUBIM FAGUNDES  
Assessora - SGM/ATL

QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.N.S.P.  
PARTE ATIVAMENTE - TABELA A (PP-1) - GRUPO 9 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DESIGNAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DESIGNAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
01	Assessor Técnico Jurídico Chefe	DAS-14	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	01	Assessor Chefe	DAS-14	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores ativos e inativos da Administração Municipal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
30	Assessor de Gabinete	DAS-13	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, Administração, Economia, Engenharia ou Arquitetura	30	Assessor de Gabinete	DAS-13	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Engenharia
01	Chefe do Corredor	DAS-13	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de nível universitário	01	Chefe do Corredor	DAS-13	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de nível universitário
01	Assessor Jurídico	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	03	Assessor Sub-Chefe	DAS-13	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1), Engenharia (1), e Economia ou Administração (1)
01	Assessor Técnico	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Medicina	-	-	-	-	-
00	Assessor Técnico	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Economia, Ciências Contábeis, Administração, Engenharia ou Arquitetura	30	Assessor Técnico	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente (12) exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, Economia, Administração, Engenharia ou Arquitetura (12) dentre servidores ativos e inativos da Administração Municipal, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, Economia, Administração, Engenharia ou Arquitetura (12) dentre titulares de cargos da carreira de Engenharia (12) dentre titulares de cargos das carreiras de Contador ou Agente de Fiscalização Financeira (12) dentre servidores, exigido o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
01	Editor Chefe Revista	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Jornalismo	01	Assessor de Imprensa	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Jornalismo ou equivalente

QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.N.S.P.  
PARTE ATIVAMENTE - TABELA A (PP-1) - GRUPO 9 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DESIGNAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DESIGNAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
00	Diretor de Divisão Técnica	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Contador (1), exigido o diploma de Direito (1); exigido o	10	Diretor de Divisão Técnica - Auditoria(6)	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente Dentre titulares de cargos das carreiras de Contador ou Agente de Fiscalização Financeira

				diploma de Direito dentre funcionários do Tribunal (1); dentre titulares de cargos de Bibliotecário (1)				- Contabilidade			Dentre titulares de cargos da carreira de Contador
								- Finanças			Dentre titulares de cargos da carreira de Contador
								- Cartório			Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Direito
								- Processual			Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Direito ou Letras (Português)
								- Biblioteca e Documentação			Dentre titulares de cargos de Bibliotecário
								- Recursos Humanos			Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível universitário
01	Diretor de Divisão	DAS-11	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo preferentemente de nível universitário	01	Diretor de Divisão Técnica (Administrativa)	DAS-12	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo, exigido o diploma de nível universitário		
02	Assistente Técnico	DAS-11	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Medicina	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	04	Programador	DAS-11	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de nível universitário, com habilitação em Programação de Sistemas e experiência mínima de 1 (um) ano		
-	-	-	-	-	04	Assistente Médico	DAS-10	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Bacharel em Medicina (2), e diploma de Bacharel em Medicina com especialização em Pediatria (1)		

23 de proc.  
1997

ANEXO I  
SISTEMA DE PESSOAL DO TCM SP  
PARTE PERTINENTE - TABELA A (PP-I) - GRUPO 3 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
16	Chefe de Seção Técnica	DAS-10	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos de Bibliotecário (2), dentre titulares de cargos da carreira de Contador (12); exigido o diploma de Bacharel em Letras - Português (1); e exigido o diploma de Bacharel em Administração, Psicologia, Serviço Social ou Pedagogia (1)	25	Chefe de Seção Técnica	DAS-10	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente:
					- Auditoria (13)				Dentre titulares de cargos das carreiras de Contador ou Agente de Fiscalização Financeira
					- Assessoria e Pessoa				Dentre titulares de cargos das carreiras de Contador ou Agente de Fiscalização Financeira
					- Cadastro				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível universitário
					- Autuação				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível universitário
					- Redação				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Letras (Português)
					- Biblioteca				Dentre titulares de cargos de Bibliotecário
					- Documentação				Dentre titulares de cargos de Bibliotecário
					- Escrituração				Dentre titulares de cargos da carreira de Contador
					- Emissão e Exec. Orçament				Dentre titulares de cargos da carreira de Contador
					- Folha de Pagamento				Dentre titulares de cargos da carreira de Contador
					- Contratos				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível universitário
					- Recursos Humanos				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Administração, Psicologia, Serviço Social ou Pedagogia
					- Saúde				Exigido o diploma de Bacharel em Medicina
03	Chefe de Seção	DAS-7	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo	03	Chefe de Seção Técnica	DAS-10	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente:
					- Pessoal				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível universitário
					- Ponto e Juízo Sindical				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Letras (Português)
					- Ofícios				Dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Bacharel em Letras (Português)

ANEXO I  
SISTEMA DE PESSOAL DO TCM SP  
PARTE PERTINENTE - TABELA A (PP-I) - GRUPO 3 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PARTE TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
01	Assistente de Direção	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente	-	-	-	-	-
03	Chefe de Seção	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Técnico de Contabilidade	03	Chefe de Seção	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos das carreiras de Auxiliar Técnico Administrativo ou de Técnico de Contabilidade, preferentemente de nível universitário
01	Tesoureiro Chefe	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Técnico de Contabilidade	01	Tesoureiro Chefe	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de Ciências Contábeis ou de Técnico de Contabilidade

PENHINIL BIA GUINDES  
Pessoa - SGM ATIL

11	Chefe de Seção	DAI-7	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo	19	Chefe de Seção	DAS-9	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo, preferentemente de nível universitário
						- Expediente S.-B. G. - Expediente Finc. e Contr. - Expediente S.A. - Expediente S.I. - Expediente Gab. (6) - Expediente A.T. - Expediente D.T.P. - Expediente D.T.A. - Protocolo - Arquivo - Reparo e Manutenção - Almoarçado - Serviços Gerais - Transportes			
					23	Encarregado de Setor Técnico	DAS-9	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de:
						- Execuções - Controle Financeiro - Controle Administrativo			nível universitário nível universitário nível universitário
					31	Enfermeiro	DAS-9	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de curso superior de Enfermagem

4.410.1

QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.N.S.P.

PARTE PERMANENTE - TABELA A (PP-1) - GRUPO 5 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DEMONSTRAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DEMONSTRAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
01	Encarregado de Setor (Tráfego)	DAI-2	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente	17	Encarregado de Unidade - Autuação(2) - Biliografia - Expedição de Ofícios - Fatura(2) - Redução(2) - Patrimônio - Processamento Contábil - Expediente de Pessoal - Certidões - Pessoal Efetivo - Pessoal Admitido e Contr. - Pessoal em Comissão - Manut. de Mm. e Equip. - Tráfego	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o 2º grau completo ou equivalente
03	Oficial de Gabinete da Presidência	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente	23	Oficial de Gabinete da Presidência	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de 2º grau ou equivalente
04	Secretário de Gabinete	DAI-5	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de 2º grau ou equivalente	30	Oficial de Serviços de Informática	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo
05	Tesoureiro	DAI-5	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Técnico de Contabilidade	06	Secretário de Gabinete	DAI-4	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de 2º grau ou equivalente
06	Oficial de Comunicações	DAI-4	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo	01	Tesoureiro	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de 2º grau ou equivalente
02	Almoarçado	DAI-4	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo	04	Oficial de Comunicações	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo
					02	Almoarçado	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar Técnico Administrativo

4.410.1

QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.N.S.P.

PARTE PERMANENTE - TABELA A (PP-1) - GRUPO 5 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DEMONSTRAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DEMONSTRAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
04	Tomógrafo de Debates	DAI-4	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente	04	Tomógrafo	DAI-6	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de 2º grau ou equivalente e curso de tomografia
02	Técnico em Aplicações (Tomógrafo)	DAI-4	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Técnico em Aplicações					
					01	Auxiliar de Enfermagem	DAI-5	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o 1º grau completo ou equivalente e habilitação na área de enfermagem a nível de auxiliar
					03	Encarregado de Setor - Manutenção	DAI-4	PP-1	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares de cargos das carreiras de Oficial de Obras e Técnico em Manutenção ou Oficial de Manutenção

					- Oficina			Dentre servidores do Tribunal
					- Telen			Dentre titulares de cargos da carreira de Auxiliar de Apoio Administrativo (área Telen)
				02	Culinheira	DAI-4	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigida a 4ª série do 1º grau e experiência mínima de 1 ano em instituição de ensino
				02	Mecânico	DAI-4	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigida a 4ª série do 1º grau com curso de Mecânica e experiência de 1 ano em serviço de mecânica de automóvel
				10	Motorista II	DAI-4	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigida a 4ª série do 1º grau e experiência mínima de 2 anos
				18	Motorista I	DAI-2	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigida a 4ª série do 1º grau e experiência mínima de 1 ano
				09	Encarregado de Setor	DAI-2	PP-I	Livre Provimento pelo Conselho Presidente, dentre titulares das carreiras ou cargos de: Auxiliar de Apoio Administrativo (área Telefonia - 1, área Biografia - 1), Agente da Administração (área Serviços Gerais - 3, área Vigilância - 2), Agente de Copa - 1, e Oficial de Chamas (área Jardinagem - 1)

ANEXO I - TABELA DE PESSOAL DO TCM SP  
DETERMINANTE - TABELA D (PP-III) - GRUPO I

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF	PARTES TAB	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF	PARTES TAB
PA	CONTADOR		PP-III	PA	CONTADOR		PP-III
a) Categoria 1	OPA-13		Enquadramento, exigida a habilitação específica	a) Categoria 1	OPA-13		Enquadramento, exigida a habilitação específica
b) Categoria 2	OPA-14		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 1, com no mínimo 3 (três) anos na Categoria	b) Categoria 2	OPA-14		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 1, com no mínimo 3 (três) anos na Categoria
c) Categoria 3	OPA-15		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 2, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria	c) Categoria 3	OPA-15		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 2, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria
d) Categoria 4	OPA-16		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 3, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria	d) Categoria 4	OPA-16		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 3, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria
CONTADOR - Classe II			PP-III	CONTADOR - Classe II			PP-III
a) Categoria 1	OPA-17		Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 4, Classe I, com 11 (onze) anos de efetivo exercício na carreira do TCMSP e título de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCMSP, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas	a) Categoria 1	OPA-17		Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 4, Classe I, com 11 (onze) anos de efetivo exercício na carreira do TCMSP e título de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCMSP, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas
b) Categoria 2	OPA-18		Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 1, Classe II, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria e título de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCMSP, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 720 (setecentos e vinte) horas	b) Categoria 2	OPA-18		Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 1, Classe II, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria e título de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCMSP, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 720 (setecentos e vinte) horas
c) Categoria 3	OPA-19		Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 2, Classe II, com no mínimo 5 (cinco) anos na Categoria e 5 (cinco) anos de cargos de provimento em comissão de Chefe, Direção, Assistência ou Assessoramento e outros, exercidos durante a permanência na carreira e Mestrado ou Doutorado ou Livre Docência na área de atuação, reconhecido na forma da lei ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCMSP, todos correlacionados com a área de atuação totalizando no mínimo 1080 (um mil e oitenta) horas	c) Categoria 3	OPA-19		Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 2, Classe II, com no mínimo 5 (cinco) anos na Categoria e 5 (cinco) anos de cargos de provimento em comissão de Chefe, Direção, Assistência ou Assessoramento e outros, exercidos durante a permanência na carreira e Mestrado ou Doutorado ou Livre Docência na área de atuação, reconhecido na forma da lei ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCMSP, todos correlacionados com a área de atuação totalizando no mínimo 1080 (um mil e oitenta) horas

ANEXO I - TABELA DE PESSOAL DO TCM SP  
DETERMINANTE - TABELA D (PP-III) - GRUPO I

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF	PARTES TAB	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF	PARTES TAB
70	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FISCAL - Classe I		PP-III	70	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FISCAL - Classe I		PP-III
a) Categoria 1	OPA-13		Enquadramento, exigida a habilitação específica	a) Categoria 1	OPA-13		Enquadramento, exigida a habilitação específica
b) Categoria 2	OPA-14		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 1, com no mínimo 3 (três) anos na Categoria	b) Categoria 2	OPA-14		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 1, com no mínimo 3 (três) anos na Categoria
c) Categoria 3	OPA-15		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 2, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria	c) Categoria 3	OPA-15		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 2, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria
d) Categoria 4	OPA-16		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 3, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria	d) Categoria 4	OPA-16		Enquadramento, dentre titulares da Categoria 3, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria

ANEXO I - TABELA DE PESSOAL DO TCM SP  
DETERMINANTE - TABELA D (PP-III) - GRUPO I

				AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA - Classe II	PP-III	Mediante concurso de acesso de provas e títulos, dentre titulares da Categoria 4, Classe I, com 11 (onze) anos de efetivo exercício na carreira de TCSP
				a) Categoria 1	OPA-17	Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 4, Classe I, com 11 (onze) anos de efetivo exercício na carreira do TCSP e título de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCSP, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas
				b) Categoria 2	OPA-18	Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 1, Classe II, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria e título de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCSP, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 720 (setecentos e vinte) horas
				c) Categoria 3	OPA-19	Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 2, Classe II, com no mínimo 5 (cinco) anos na Categoria e 5 (cinco) anos de cargo de provimento em comissão de Chefia, Direção, Assistência ou Assessoramento e outros, exercido durante a permanência na carreira e Mestrado ou Doutorado ou Livre Docência na área de atuação, reconhecido na forma da lei ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pelo TCSP, todos correlacionados com a área de atuação totalizando no mínimo 1.080 (um mil e oitenta) horas

ANEXO I  
QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.M.S.P.  
PARTE PERMANENTE - TABELA B (PP-III) - GRUPO I

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DEMONINÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DEMONINÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
01	Assistente Social	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, dentre diplomados em Assistência Social	02	Assistente Social	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bacharel em Serviço Social
05	Bibliotecário	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bel. em Biblioteconomia ou habilitação legal correspondente	07	Bibliotecário	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bacharel em Biblioteconomia ou habilitação legal correspondente
04	Escrivão de Alta	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bel. em Letras (Português)	07	Escrivão de Alta	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bacharel em Letras (Português)
01	Pedagogo	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, dentre diplomados em Pedagogia	02	Pedagogo	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Pedagogia
01	Psicólogo	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bel. em Psicologia	02	Psicólogo	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bacharel em Psicologia
01	Administrador	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, dentre diplomados em Administração de Empresas ou Pública	01	Administrador	OPA-13	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Bacharel em Administração

QUADRO DA ENGENHARIA DO T.C.M.S.P.

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DEMONINÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DEMONINÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
05	Engenheiro I	EA-1	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Engenheiro Civil	08	Engenheiro I	EA-1	PP-III	Provisão mediante concurso público, exigido o diploma de Engenheiro Civil
03	Engenheiro II	EA-2	PP-III	Provisão por acesso, dentre titulares do cargo de Engenheiro I	05	Engenheiro II	EA-2	PP-III	Provisão mediante concurso de acesso, dentre titulares do cargo de Engenheiro I
02	Engenheiro III	EA-3	PP-III	Provisão por acesso, dentre titulares do cargo de Engenheiro II	02	Engenheiro III	EA-3	PP-III	Provisão mediante concurso de acesso, dentre titulares do cargo de Engenheiro II
01	Engenheiro IV	EA-4	PP-III	Provisão por acesso, dentre titulares do cargo de Engenheiro III	01	Engenheiro IV	EA-4	PP-III	Provisão mediante concurso de acesso, dentre titulares do cargo de Engenheiro III

ANEXO I  
QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.M.S.P.  
PARTE PERMANENTE - TABELA B (PP-III) - GRUPO 3

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DEMONINÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DEMONINÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
141	AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO		PP-III	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido o 2º grau completo ou equivalente	141	AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO		PP-III	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido o 2º grau completo ou equivalente





					a) Categoria 1	OPA-2	Enquadramento, exigida a habilitação específica
					b) Categoria 2	OPA-3	Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 1, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria
					c) Categoria 3	OPA-4	Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 2, com no mínimo 5 (cinco) anos na Categoria
					d) Categoria 4	OPA-5	Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 3, com no mínimo 8 (oito) anos na Categoria

ANEXO I  
QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.N.S.P.  
PARTE PERMANENTE - TABELA B (PP-III) - GRUPO 4

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
-	-	-	-	-	05	OFICIAL DE MANUTENÇÃO		PP-III	Mediante concurso público de provas ou provas e títulos, exigido:
					Áreas:				1ª série do 1º grau
					- Automotores (3 cargos)				1ª série do 1º grau, curso de marcenaria e experiência mínima de 1 (um) ano como marceneiro
					- Marcenaria (2 cargos)				Enquadramento, exigida a habilitação específica
					a) Categoria 1	OPB-4			Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 1, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria
					b) Categoria 2	OPB-5			Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 2, com no mínimo 5 (cinco) anos na Categoria
					c) Categoria 3	OPB-6			Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 3, com no mínimo 8 (oito) anos na Categoria
					d) Categoria 4	OPB-7			

ANEXO I  
QUADRO GERAL DE PESSOAL DO T.C.N.S.P.  
PARTE PERMANENTE - TABELA B (PP-III) - GRUPO 4

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
-	-	-	-	-	17	OFICIAL DE OBRAS		PP-III	Mediante concurso público de provas ou provas e títulos, exigido:
					Áreas:				1ª série do 1º grau e experiência mínima de 6 (seis) meses como jardineiro
					- Jardinagem (7 cargos)				1ª série do 1º grau, curso de eletricitista e experiência mínima de 2 (dois) anos como eletricitista de manutenção
					- Conservação e Construção:				1ª série do 1º grau, curso de hidráulica e experiência mínima de 1 (um) ano e 6 (seis) meses em serviço de hidráulica
					eletricidade (3 cargos)				1ª série do 1º grau, curso de serralheiro e experiência mínima de 1 (um) ano em serviço de serralheria
					hidráulica (3 cargos)				1ª série do 1º grau e experiência mínima de 2 (dois) anos como pedreiro
					serralheria (2 cargos)				Enquadramento, exigida a habilitação específica
					construção (2 cargos)				Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 1, com no mínimo 4 (quatro) anos na Categoria
					a) Categoria 1	OPB-4			Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 2, com no mínimo 5 (cinco) anos na Categoria
					b) Categoria 2	OPB-5			Enquadramento, dentre titulares de cargos da Categoria 3, com no mínimo 8 (oito) anos na Categoria
					c) Categoria 3	OPB-6			
					d) Categoria 4	OPB-7			

ANEXO II  
QUADRO GERAL DE PESSOAL DA CRECHE DO T.C.N.S.P.

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO	Nº CARGO	DENOMINAÇÃO	REF.	PART. TAB.	EXIGÊNCIAS PARA PROVIMENTO
-	-	-	-	-	01	Dirigente de Creche	DAS-10	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de nível superior
-	-	-	-	-	01	Assistente Educacional	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de Pedagogia
-	-	-	-	-	01	Enfermeiro	DAS-9	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o diploma de curso superior de Enfermagem
-	-	-	-	-	06	Técnico em Educação Infantil	DAI-6	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigido o curso em Magistério, com habilitação em Pré-Escola e experiência mínima de 2 (dois) anos como professora na Pré-Escola
-	-	-	-	-	02	Auxiliar de Direção	DAI-5	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, dentre servidores do Tribunal, exigido o diploma de 2º grau completo ou equivalente
-	-	-	-	-	02	Cocineiro	DAI-4	PP-I	Livre provimento pelo Conselho Presidente, exigida a 4ª série do 1º grau e experiência mínima de 1 ano em restaurante industrial
-	-	-	-	-	01	Matricionista	OPA-12	PP-III	Provimento mediante concurso público, exigido o diploma superior de Matemática





Folha n.º 27 de proc.  
de 1997

LEI Nº 10.430, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1.988  
"D.O.M." DE 19 DE MARÇO DE 1.988

Port. 204/88  
S. Finanças  
Dec. 25.741/88

Lei 10.512/88  
PL. 148/88

Dec. 26.355/88  
EAF. SALVIA

Dec. 26.475/88  
Gto. Fc. P. M.

Lei 20.625/88  
PL. 297/88

Dec. 28.640/88  
ANSFERE  
26601 SAR

NOVA Redação  
8/11/88  
13.046/88

ENTRADA NO PROJETO DE LEI N.º 289/82

LEI Nº 10.430, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1.988

Dispõe sobre a reorganização dos Quadros de Pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de fevereiro de 1.988, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a reorganização dos Quadros de Pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, reequilibrando os Grupos estabelecidos pela Lei nº 8.183, de 20 de dezembro de 1974, e nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, cria novas Escalas de Vencimentos e institui diretrizes básicas na área de administração de pessoal.

Art. 2º - Os cargos da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município ficam distribuídos na seguinte forma:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

I - Quadro Geral do Pessoal;  
II - Quadro do Ensino Municipal;  
III - Quadro da Fiscalização Tributária;  
IV - Quadro de Atividades Artísticas;  
V - Quadro da Procuradoria Geral do Município;  
VI - Quadro de Engenharia e Arquitetura;  
VII - Quadro da Guarda Civil Metropolitana.

TRIBUNAL DE CONTAS

I - Tabela Especial;  
II - Quadro Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;  
III - Quadro da Procuradoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;  
IV - Quadro da Engenharia do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Art. 3º - Os cargos dos Quadros e Tabela Especial referidos no artigo anterior ficam incluídos nas Partes e Tabelas discriminadas a seguir:

I - Parte Permanente - Tabela I (PP-I) - cargos de provimento em comissão;  
II - Parte Permanente - Tabela II (PP-II) - cargos de provimento efetivo;  
III - Parte Permanente - Tabela Especial - cargos vitalícios;  
IV - Parte Suplementar - (PS) - cargos destinados à extinção na vacância ou à inserção em futuras carreiras constantes do Anexo V, integrante desta lei.

Parágrafo Único - Comportam substituição apenas os cargos da Tabela I (PP-I), da Tabela II (PP-II) e da Tabela Especial.

Art. 4º - Os cargos dos Quadros da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, de conformidade com a natureza, o grau de complexidade, o nível de responsabilidade das atribuições e a escolaridade mínima exigida para seu provimento, distribuem-se em 6 (seis) Grupos, a saber:

I - GRUPO I - Cargos de direção, chefia, encarregatura, assistência ou assessoramento e outros, de provimento em comissão, que exijam, ou não, requisitos específicos para seu provimento, na conformidade da legislação própria.

II - GRUPO II - Cargos de natureza técnica ou técnico-científica, correspondentes a profissões regulamentadas, ou não, em lei federal, cujo exercício exija formação de grau superior ou habilitação legal equivalente.

III - GRUPO III - Cargos de natureza técnica de nível médio, cujo exercício exija formação escolar correspondente ao 2º grau completo ou equivalente, com habilitação profissional específica.

IV - GRUPO IV - Cargos de natureza técnica, técnico-auxiliar e administrativa, cujo exercício exija formação escolar correspondente ao 2º grau completo ou equivalente.

V - GRUPO V - Cargos correspondentes às atividades de escritório e auxiliares, cujo exercício exija formação escolar mínima equivalente à 4ª série do 1º grau, suplementada por conhecimento e habilidades especiais, adquiridos mediante cursos ou treinamento em serviço.

VI - GRUPO VI - Cargos correspondentes a atividades manuais qualificadas, semi-qualificadas ou de auxiliares de artefices, cujo exercício exija conhecimento de 1º grau incompleto e experiência que possa ser adquirida através de cursos de aprendizagem, qualificação ou prática de serviço.

Art. 5º - Ficam incluídos nos Grupos a que se refere o artigo anterior os cargos e funções da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, conforme os Anexos I e VI, integrantes desta lei.

Art. 6º - A criação de novos cargos, de provimento efetivo ou em comissão, deverá obedecer as diretrizes estabelecidas por esta lei, principalmente no que tange a Quadro, Parte, Tabela e Grupo, bem como a denominação, remuneração e formas de provimento.

Art. 7º - Ficam instituídas as Escalas de Padrões de Vencimentos, compreendendo as referências, os graus e os valores constantes do Anexo II, parte integrante desta lei, em substituição às Escalas vigentes.

§ 1º - Na composição das Escalas de Vencimentos observar-se-á, sempre, no mínimo, a razão de 10% (dez por cento) entre o valor de uma referência e a que lhe for imediatamente subsequente.

§ 2º - Observar-se-á, ainda, entre cada grau, no mínimo, o percentual de 10% (dez por cento).

§ 3º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior o Quadro do Ensino Municipal.

§ 4º - Todo cargo se situa, inicialmente, no grau "A", e a ele retorna quando vago.

§ 5º - Ficam suprimidos os graus da escala de vencimentos dos cargos de provimento em comissão do Quadro Geral do Pessoal e do Quadro da Fiscalização Tributária.

Art. 8º - Ficam mantidas, na forma da legislação em vigor, as condições de acesso e as exigências para provimento dos cargos, bem como o número de classes das carreiras não reestruturadas por esta lei, observado o disposto nos artigos 28, 29 e 30.

Art. 9º - Os atuais cargos da Administração Direta e os do Tribunal de Contas do Município de São Paulo ficam com as denominações e referências de vencimentos estabelecidas na conformidade dos Anexos III e VII, integrantes desta lei, observadas as seguintes normas:

I - Criados, os que constam na "Situação Nova", sem correspondência na "Situação Atual";

II - Extintos, os que figuram apenas na "Situação Atual";

III - Mantidos, com as transformações eventualmente ocorridas, os que estão nas duas situações.

§ 1º - Os cargos ora criados ou integrados, que correspondem a carreiras já instituídas, ficam incluídos nos Anexos próprios das respectivas leis, alteradas as estruturas das carreiras, quando for o caso.

§ 2º - Os servidores manterão, na nova situação, o mesmo grau que tinham na situação anterior, observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 7º.

Art. 10 - Pelo exercício de cargos de provimento em comissão, cuja natureza corresponda a encarregatura, chefia, direção, assistência ou assessoramento técnico, os integrantes do Quadro Geral do Pessoal, Tabela II (PP-II), Tabela III (PP-III) e Parte Suplementar (PS) - e do Quadro de Fiscalização Tributária, bem como os integrantes do Quadro Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Grupos II a V - farão jus a uma gratificação de função, de conformidade com os Anexos a cada escala de vencimentos, assegurado o direito de opção pela remuneração a eles devida.

§ 1º - A gratificação a que se refere este artigo, desde que percebida por 5 (cinco) anos, adquirirá caráter de permanência, computando-se, para tal finalidade, o tempo de exercício anterior a esta lei, bem como o tempo de provimento em comissão, quando a gratificação for transformada em cargo da Administração Direta, do Tribunal de Contas e das Autarquias, exercidos durante a permanência na carreira ou no cargo efetivo.

§ 2º - Quando mais de um cargo tenha sido exercido, tornar-se-á permanente a gratificação de maior valor, desde que lhe corresponda uma percepção mínima de 1 (um) ano.

§ 3º - Nas hipóteses em que o funcionário já alcançada a permanência da gratificação, venha a exercer outro cargo, pelo qual faça jus àquele título, a percentual maior, perceberá ele apenas a respectiva diferença, até que, pelo decurso do prazo previsto no parágrafo anterior, este último se torne permanente.

§ 4º - O funcionário que já tenha alcançado a permanência da gratificação e esteja exercendo outro cargo, a que corresponda gratificação menor, perceberá apenas aquela já permanente.

§ 5º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria por invalidez ou compulsória, e da pensão devida por morte em atividade, considerar-se-á permanente, de imediato, a gratificação correspondente ao maior valor recebido, independentemente de prazo de percepção.

§ 6º - É vedada a percepção cumulativa da gratificação de função, e, bem assim, a de gratificação de função com o padrão de cargo em comissão, ressalvada a situação dos atuais titulares efetivos de cargos de chefia e encarregatura do Quadro Geral do Pessoal e do Quadro de Fiscalização Tributária, bem como o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 7º - Os integrantes do Quadro de Fiscalização Tributária que, nos termos do parágrafo 1º deste artigo, já tenham alcançado a permanência da gratificação de função, e venham a exercer cargo de hierarquia inferior na carreira, farão jus à gratificação de produtividade fiscal relativa a este último, calculada na forma da legislação vigente e corrigida pelos índices constantes do Anexo II - Gratificação de Função - Fiscalização Tributária.

Dec. 26.556/88  
Grat. e Ativ. SAR

Dec. 27.540/88  
Grat. e Ativ. SAR

Dec. 26.556/88  
Dec. 27.662/88

Valor da Bolsa Anual

Dec. 28.737/90

§ 89 - Sobre a gratificação de função, tor-  
nada permanente em razão desta lei, não incidirá vantagem  
alguma a que faça jus o funcionário, vedada, assim, sua  
utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo  
que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária.

§ 99 - Nos casos de exercício de cargo em  
comissão, com opção pela gratificação de função, as de-  
mais vantagens que incidam sobre o padrão do cargo do fun-  
cionário recairão, sempre, sobre o padrão do cargo de  
maior valor, seja ele o de provimento efetivo ou o de pro-  
vimento em comissão.

Art. 11 - Mantidas as suas atuais compe-  
tências, caberá, ainda, à Secretaria Municipal da Adminis-  
tração, por meio dos seus órgãos próprios:

I - Propor e manter atualizadas as lota-  
ções básicas a que se refere o artigo 12, ouvidos os ór-  
gãos interessados;

II - Sistematizar o dimensionamento dos  
Quadros de Pessoal, mediante Aferição de Produção e Produ-  
tividade das diversas categorias funcionais;

III - Organizar e manter atualizado o cadas-  
tro de cargos da Administração Direta do Município;

IV - Proceder ao levantamento das neces-  
sidades de criação de cargos;

V - Realizar, nas épocas próprias, os con-  
cursos necessários ao provimento dos cargos vagos, ressal-  
vados os casos previstos em legislação específica;

VI - Analisar propostas de admissão de ser-  
vidores, ressalvados os casos previstos em legislação es-  
pecífica;

VII - Aprimorar os processos de avaliação  
do desempenho para os efeitos de evolução funcional;

VIII - Processar as promoções e concursos  
de acesso, ressalvados os casos previstos em legislação  
específica;

IX - Desenvolver estudos sobre a organiza-  
ção e atualização permanente dos Quadros de Pessoal do  
Serviço Público Municipal;

X - Estudar, juntamente com a Secretaria  
das Finanças e a Secretaria Municipal do Planejamento, a  
concessão de reajustes salariais, objetivando manter o  
equilíbrio retributivo entre as classes do funcionalis-  
mo;

XI - Elaborar a descrição de cargos e fun-  
ções, abrangendo atribuições, grau de responsabilidade,  
condições de provimento ou preenchimento e outros requisi-  
tos necessários ao seu exercício, bem como os respectivos  
níveis salariais;

XII - Estudar a necessidade e conveniência  
de introduzir alterações no Sistema de Classificação de  
Cargos e Funções;

XIII - Opinar sobre propostas de criação ou  
alteração de estrutura de órgãos e de Quadros de Pessoal  
da Administração Direta e Autárquica;

XIV - Analisar propostas relativas a qual-  
quer forma de remuneração de pessoal;

XV - Promover o periódico levantamento dos  
níveis salariais vigentes no mercado para profissões, ocu-  
pações ou empregos, visando subsidiar a política salarial  
a ser observada pela Administração Municipal.

Art. 12 - O Executivo, mediante decreto,  
fixará a lotação básica de cada Secretaria ou Órgão Muni-  
cipal, observado o número de cargos constantes desta lei.

Parágrafo único - Quando a carreira com-  
portar especialidades, a divisão dos cargos por estas se-  
rá feita de acordo com os interesses da Pasta onde eles  
estiverem lotados.

Art. 13 - A partir de 19 de janeiro de  
1990, o número de servidores admitidos nos termos da Lei  
nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, não poderá ultrapasar,  
em cada Secretaria ou Órgão equivalente, a 50% (cin-  
quenta por cento) dos cargos de provimento efetivo nele  
lotados, limitadas as contratações a 1% (um por cento) dos  
referidos cargos.

Parágrafo único - O Executivo providen-  
ciará, até 31 de dezembro de 1989, a criação dos cargos ne-  
cessários e a realização de concursos públicos objetivan-  
do atender o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 14 - Os extranumerários diaristas e  
mensalistas ainda remanescentes são incluídos no regime  
de servidores admitidos nos termos da Lei nº 9.160, de 3  
de dezembro de 1980, ressalvados os direitos adquiridos  
na condição anterior.

Art. 15 - Os cargos em comissão, cujas  
Parte e Tabela foram alteradas pelos Anexos desta lei, pas-  
sam a ser de provimento efetivo, ficando seus atuais títu-  
los automaticamente admitidos para as funções correspon-  
dentes, com salários equivalentes ao do grau "A", da clas-  
se inicial do respectivo cargo.

Art. 16 - Os atuais servidores admitidos  
terão assegurada a sua inscrição, em caráter excepcional,  
no primeiro concurso público que se realizar após a publi-  
cação desta lei para provimento dos cargos corresponden-  
tes às funções que ocupam, ainda que não disponham, à épo-  
ca, da escolaridade exigida para o seu provimento.

Art. 17 - A redação dos parágrafos 19 e  
20 do artigo 17, da Lei nº 8.807, de 26 de outubro de  
1978, passa a ser a seguinte:

I - "§ 19 - A inclusão de que trata este  
artigo dependerá de opção, por escrito, do servidor, e pro-  
duzirá efeitos a partir da data da autorização do Secretá-  
rio da Pasta."

II - "§ 39 - A inclusão na jornada H-40  
rá caráter permanente, não podendo o servidor incluído  
tornar a jornada H-33, exceto quando a opção decorrer de  
nomeação ou designação para cargo de provimento em comi-  
ssão, hipótese em que poderá ser temporária, produzindo  
efeitos enquanto o servidor permanecer nessa situação."

Art. 18 - O adicional previsto no artigo  
39 da Lei nº 10.183, de 6 de novembro de 1986, passa a  
ser calculado sobre o Padrão EA-4-E, observando-se os per-  
centuais fixados no Anexo II - Gratificação de Função -  
Nível Superior, integrante desta lei.

Art. 19 - A gratificação de que tratam as  
Leis nº 10.053, de 23 de abril de 1986, e nº 10.186, de  
12 de novembro de 1986, passa a ter caráter permanente, fi-  
cando estendida, a partir da data desta lei, aos inativos e  
pensionistas.

Art. 20 - A gratificação de que trata o  
artigo 17 da Lei nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, pas-  
sa a ser devida, por inteiro, aos servidores aposentados  
até a data desta lei.

Art. 21 - As gratificações instituídas pe-  
lo artigo 89 da Lei nº 9.286, de 26 de junho de 1981, al-  
terada pela Lei nº 9.897, de 24 de maio de 1985, e pela  
Lei nº 9.416, de 5 de janeiro de 1982, são fixadas em 30%  
(trinta por cento) do Padrão NO-1-A.

Art. 22 - As gratificações instituídas pe-  
la Lei nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, alterada pela  
Lei nº 9.320, de 25 de setembro de 1981, passam a ser cal-  
culadas com base na Referência AA-13 da Escala de Venci-  
mentos do Quadro de Atividades Artísticas.

Art. 23 - A gratificação de que tratam os  
artigos 89 e 99 da Lei nº 10.224, de 15 de dezembro de  
1986, passa a ser calculada sobre o Padrão NM-2A.

Art. 24 - O artigo 69 da Lei nº 10.187,  
de 12 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte  
redação:

"Art. 69 - Para efeito de cálculo, o valor  
unitário do ponto será de 0,005% (cinco milésimos por cen-  
to) do valor do vencimento correspondente ao padrão ini-  
cial da carreira de Contador."

Art. 25 - O valor da Bolsa-Auxílio previs-  
ta na Lei nº 8.642, de 10 de novembro de 1977, alterado  
pelo artigo 12 da Lei nº 8.807, de 26 de outubro de 1978,  
fica fixado em 70% (setenta por cento) do Padrão NM-1A.

Art. 26 - O parágrafo 29 do artigo 19 da  
Lei nº 10.056, de 28 de abril de 1986, passa a ter a se-  
quente redação:

"§ 29 - O salário do menor admitido nas  
condições desta lei (M.E.) fica fixado em 70% (setenta  
por cento) do Padrão NO-1-A."

Art. 27 - Fica extinta a gratificação pre-  
vista no artigo 69 da Lei nº 8.215, de 7 de março de 1975.

Art. 28 - Os cargos de Diretor de Divisão,  
Referência DA-11, lotados nas Divisões Administrativas,  
passam a ser de livre provimento, em comissão, pelo Pre-  
feito, dentre integrantes da carreira administrativa, pre-  
ferentemente portadores de diploma de nível universitá-  
rio, ou dentre integrantes da carreira de Administrador,  
ressalvada a situação dos atuais titulares.

Art. 29 - Os cargos de Gerente de Proje-  
tos e Orientador Técnico de Planejamento, Referência DA-  
12, do extinto Quadro Técnico Especial, ora transformados  
em Assessor Técnico, passam a ser de livre provimento, em  
comissão, pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de  
nível universitário, ficando assim distribuídos: 6 (seis)  
cargos para a Secretaria Municipal de Administração, 3  
(três) para a Secretaria das Finanças, 3 (três) para a Se-  
cretaria Municipal do Planejamento, 2 (dois) para a Se-  
cretaria de Vias Públicas e 2 (dois) para a Secretaria Mu-  
nicipal de Transportes.

Art. 30 - Dez cargos de Assistente 1  
co de Direção II, criados pela Lei nº 9.417, de 5 de  
novembro de 1982, e lotados na Secretaria Municipal da Ad-  
ministração, passam a ser de livre provimento, em comissão,  
pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de nível uni-  
versitário.

Art. 31 - O tempo de serviço público pres-  
tado à União, aos Estados, a outros Municípios e às Autar-  
quias em geral será computado, integralmente, para os  
efeitos de aposentadoria, disponibilidade, adicionais por  
tempo de serviço e sexta parte.

Parágrafo único - As disposições deste ar-  
tigo alcançarão apenas os benefícios ainda não concedi-  
dos, e não terão efeitos retroativos de qualquer ordem.

Art. 32 - Para o servidor que se aposen-  
tar dentro de 90 (noventa) dias da data da publicação des-  
ta lei, contar-se-ão pela metade os prazos vigentes à da-  
ta da aposentadoria, necessários à obtenção definitiva de  
vantagens de natureza pessoal.

Parágrafo único - O disposto neste artigo  
não se aplica às vantagens de que tratam os itens VII e  
VIII do artigo 89 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de  
1979.

Art. 33 - Os proventos dos inativos e as  
pensões devidas aos beneficiários do contribuinte serão re-  
vistas, automaticamente, quando ocorrer:

I - Reajustamento geral da retribuição  
dos servidores municipais;

II - Revalorização retributória da cate-  
goria igual à do aposentado ou à do contribuinte falecido;

III - Alteração do valor das vantagens in-  
corporadas, percebidas pelo inativo ou pelo contribuinte  
na data do óbito.

Revogado  
p/ Lei 10.060/86

Parágrafo único - O ônus financeiro decorrente da extensão dos benefícios previstos nos incisos II e III às pensões concedidas pelo Instituto de Previdência Municipal - IPREM sem a respectiva fonte de custeio será suportado, proporcionalmente, pela Prefeitura, a partir das leis que lhes derem origem, mediante repasses mensais à Autarquia, feita a comprovação da despesa.

Art. 34 - Os salários dos servidores admitidos nos termos das Leis nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, e nº 9.320, de 25 de setembro de 1981, para funções correspondentes a cargos, ficam fixados, desde logo, no grau "A" da classe inicial da carreira ou cargo.

Parágrafo único - Quando não houver correspondência, os salários serão fixados pela Secretaria Municipal da Administração, nos termos da legislação em vigor.

Art. 35 - Os salários dos servidores contratados nos termos das Leis nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, nº 9.168, de 4 de dezembro de 1980, e nº 9.320, de 25 de setembro de 1981, serão reajustados, de acordo com a natureza das atribuições exercidas, mediante proposta de cada Secretaria, a ser apresentada em 30 (trinta) dias a contar desta lei, observada a legislação em vigor.

Art. 36 - Os proventos dos inativos serão revistos de acordo com as novas situações determinadas por esta lei, observando-se, quando for o caso, as alterações sofridas pelo cargo ou função correspondente, desde a aposentadoria até a data desta lei.

Parágrafo único - As pensões devidas aos beneficiários do contribuinte serão reajustadas, na conformidade do disposto no "caput" deste artigo.

Art. 37 - Os aposentados em cargos ou funções não abrangidos pelo artigo anterior terão seus proventos fixados com base nas referências constantes do Anexo IV.

Art. 38 - O Quadro das Funções Gratificadas será revisto através de decreto, que disporá sobre sua distribuição, formas de designação e reagrupamento de valores.

Art. 39 - As disposições desta lei, aplicam-se, no que couber, aos quadros das Autarquias Municipais.

Art. 40 - O Tribunal de Contas do Município de São Paulo promoverá as medidas necessárias à execução da presente lei, no seu âmbito e quando necessário, mediante Resolução.

Art. 41 - As novas classificações de cargos previstas nesta lei, bem como o intervalo mínimo entre os valores de graus e referências salariais, constantes do artigo 79 e seus parágrafos, entrarão em vigor em 1º de março de 1988, sendo o montante das despesas decorrentes do disposto neste artigo deduzido dos recursos reservados ao reajuste uniforme a ser concedido, na mesma data, a todo o funcionalismo municipal, nos termos da Lei nº 10.330, de 12 de junho de 1987.

Art. 42 - A remuneração bruta, a qualquer título, dos servidores municipais, das Autarquias e do Tribunal de Contas, incluídos os Conselheiros, não poderá implicar, ao final, em importância superior a 7 (sete) vezes o valor da Referência DA-15.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se, desde logo, a todo e qualquer servidor que, na data da entrada em vigor desta lei, estiver percebendo remuneração, em seu montante, e a qualquer título, superior ao limite fixado no "caput" do presente artigo.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se, nas mesmas condições, aos proventos dos inativos.

Art. 43 - Pelo exercício de cargos de provimento efetivo do OPL, cuja natureza corresponda à encarregatura, chefia, direção e assessoramento técnico e pelo exercício dos cargos em comissão de Diretor Geral, Chefe de Gabinete da Presidência, Chefe de Gabinete e Chefe de Subsecretaria Parlamentar, os servidores farão jus a uma gratificação de função de conformidade com o Anexo II desta lei.

Parágrafo único - A gratificação de função deste artigo torna-se permanente, desde que tenha sido ou venha a ser percebida por período mínimo de 5 (cinco) anos, computando-se para tal fim o tempo de exercício anterior a esta lei em cargos de provimento efetivo e em comissão, exercidos durante a permanência na carreira.

Art. 44 - Aplicam-se aos funcionários da Câmara Municipal de São Paulo as disposições do § 5º do art. 79 e dos §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do Art. 10 desta lei, com relação à gratificação de função estabelecida no artigo anterior.

Art. 45 - Os enquadramentos previstos nesta lei, bem como os demais princípios e normas nela estabelecidos são extensivos ao OPL e inativos, devendo a Mesa, através de Ato, no prazo de 30 (trinta) dias, formalizar as medidas necessárias a este fim.

Art. 46 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 1988, revogadas as disposições em contrário, especialmente o inciso I do artigo 65 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1.979, e o artigo 3º da Lei nº 10.186, de 12 de novembro de 1.986.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 29 de fevereiro de 1988, 4359 da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

JOÃO MELLÃO NETO, Secretário Municipal da Administração

JAIR CARVALHO MONTEIRO, Secretário Municipal do Planejamento

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de fevereiro de 1988.

FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

Folha n.º 28 de 1988  
Porto Alegre, 28 de 1988  
Decreto nº 34.748/88  
Registo nº 24.34

Dec. 28.671/90

Lei 11.281/92

PL. 642/91

Relatório T.C. 12.5.74

NOVA RED. TP  
Lei 10.571/88  
PL. 141/88

Retificação da publicação do dia 19/março/1.988  
Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1.988  
No Art. 10 - Leia-se como segue e não como constou:  
§ 6º - É vedada a percepção cumulativa .....  
No Art. 33 e § único de Art. 36 - Leia-se como segue e não como constou:  
..... devidas aos beneficiários do contribuinte .....  
No Anexo VII - Acres a Tabela - Parte Permanente - Nível Superior  
Leia-se: NÍVEL MÉDIO

DEM-9-3-88

SUELLY PENHA DE AGUIAR FAGUNDES  
Assessora - SGM/PAZ



ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 40 DA LEI Nº 10.430, DE 29 DE

FEVEREIRO DE 1988

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº do Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
5	PP-1	Administrador do Aterro Sanitário	DA-6
3	PP-1	Administrador da Estação de Transbordo	DA-6
3	PP-1	Administrador do Forno Incinerador	DA-6
22	PP-1	Administrador do Mercado e Frigorífico	DA-6
20	PP-1	Administrador do Nini Mercado	DA-4
20	PP-1	Administrador do Parque	DA-6
9	PP-1	Administrador de Teatros e Auditórios	DA-6
2	PP-1	Administrador de Usina de Compostagem	DA-6
33	PP-1	Administrador Regional	DA-15
1	PP-1	Assessor Chefe (Jurídico)	DA-15
34	PP-1	Assessor Jurídico	DA-12
5	PP-1	Assessor Jurídico Chefe	DA-13
1	PP-1	Assessor Jurídico Chefe (Cab. Prefeito)	DA-15
7	PP-1	Assessor Jurídico (Cab. Prefeito)	DA-11
151	PP-1	Assessor Técnico	DA-12
3	PP-1	Assessor Técnico Chefe (Cab. Prefeito)	DA-14
13	PP-1	Assessor Técnico (Cab. Prefeito)	DA-11
6	PP-1	Assessor Técnico Legislativo (Cab. Prefeito)	DA-11
1	PP-1	Assessor Técnico Legislativo Chefe	DA-15
52	PP-1	Assistente Administrativo (Cab. Prefeito)	DA-6
40	PP-1	Assistente Jurídico	DA-11
116	PP-1	Assistente Técnico I	DA-9
346	PP-1	Assistente Técnico II	DA-11
217	PP-1	Auxiliar de Gabinete	DA-7
6	PP-1	Auxiliar de Restaurantor	DA-2
10	PP-1	Auxiliar de Técnico de Educação Física	DA-5
27	PP-1	Chefe de Assessoria Técnica	DA-13
1	PP-1	Chefe de Cerimonial	DA-14
24	PP-1	Chefe de Gabinete	DA-15
1	PP-1	Chefe de Gabinete	DA-9
57	PP-1	Chefe de Seção I	DA-6
348	PP-1	Chefe de Seção II	DA-7
942	PP-1	Chefe de Seção Técnica	DA-10
124	PP-1	Chefe de Unidade	DA-7
77	PP-1	Chefe de Unidade Regional	DA-6
292	PP-1	Chefe de Unidade Técnica I	DA-10
26	PP-1	Chefe de Unidade Técnica II	DA-11
1	PP-1	Chefe de Gabinete Pessoal do Prefeito	DA-15

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº do Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
5	PP-1	Coordenador (SAB)	DA-14
39	PP-1	Coordenador I	DA-11
2	PP-1	Coordenador II	DA-13
5	PP-1	Copista de Braille	DA-5
17	PP-1	Delegado Regional do Serviço Social	DA-12
16	PP-1	Diretor de Banho	DA-9
22	PP-1	Diretor de Centro	DA-10
285	PP-1	Diretor de Creche	DA-10
43	PP-1	Diretor de Departamento Técnico	DA-13
89	PP-1	Diretor de Divisão	DA-11
169	PP-1	Diretor de Divisão Técnica	DA-12
3	PP-1	Diretor de Escola de Artes	DA-10
2	PP-1	Diretor de Subdivisão	DA-7
9	PP-1	Diretor de Subdivisão Técnica	DA-11
1	PP-1	Diretor de Curso de Jardineiro	DA-10
1	PP-1	Encarregado de Administração (Locações)	DA-6
65	PP-1	Encarregado de Armazenagem	DA-2
9	PP-1	Encarregado de Borracharia	DA-2
41	PP-1	Encarregado de Carpintaria	DA-2
5	PP-1	Encarregado de Copa	DA-2
9	PP-1	Encarregado de Costura	DA-2
40	PP-1	Encarregado de Cozinha	DA-2
35	PP-1	Encarregado de Funilaria	DA-2
192	PP-1	Encarregado de Jardinagem	DA-2
51	PP-1	Encarregado de Lavagem e Lubrificação	DA-2
20	PP-1	Encarregado de Lavanderia	DA-2
7	PP-1	Encarregado de Manutenção	DA-4
42	PP-1	Encarregado de Máquinas	DA-2
7	PP-1	Encarregado de Marcenaria	DA-2
1	PP-1	Encarregado de Montagem	DA-5
33	PP-1	Encarregado de Pintura	DA-2
28	PP-1	Encarregado de Pintura de Veículos	DA-2
35	PP-1	Encarregado de Posto de Abastecimento	DA-2
37	PP-1	Encarregado de Serralheria	DA-2
55	PP-1	Encarregado de Serviços de Eletricidade	DA-2
42	PP-1	Encarregado de Serviços de Eletricidade de Veículos	DA-2
1	PP-1	Encarregado de Serviços de Hidráulica	DA-2
105	PP-1	Encarregado de Serviços Mecânicos	DA-2

Folha nº

29 de proc.

R. GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº do Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
2	PP-1	Encarregado de Serviços de Vigilância	DA-2
39	PP-1	Encarregado de Seta 1	DA-2
1102	PP-1	Encarregado de Seta 11	DA-3
132	PP-1	Encarregado de Seta Técnico	DA-9
197	PP-1	Encarregado de Subunidade 1	DA-5
95	PP-1	Encarregado de Subunidade 11	DA-6
180	PP-1	Encarregado de Subunidade Técnica	DA-9
6	PP-1	Encarregado de Tapeçaria	DA-2
202	PP-1	Encarregado de Tráfego	DA-2
270	PP-1	Encarregado de Trama de Conservação e Construção	DA-2
414	PP-1	Encarregado de Trama de Limpeza Pública	DA-7
152	PP-1	Encarregado de Trama de Vias Públicas	DA-2
16	PP-1	Encarregado de Zeladoria	DA-2
1	PP-1	Fiel de Tesouraria	DA-8
4	PP-1	Inspetor de Segurança Contra Incêndio	DA-6
2	PP-1	Inspetor de Tráfego	DA-5
1	PP-1	Inspetor Geral de Finanças	DA-11
48	PP-1	Instituto Cultural	DA-5
120	PP-1	Oficial de Gabinete	DA-5
5	PP-1	Oficial de Gabinete (Cab. Prefeito)	DA-6
93	PP-1	Pesquisador de Assuntos Culturais	DA-7
27	PP-1	Planojador Urbano	DA-11
1	PP-1	Procurador Chefe da Fazenda	DA-14
8	PP-1	Procurador da Fazenda	DA-17
6	PP-1	Redator	DA-7
5	PP-1	Restaurantor	DA-7
5	PP-1	Revisor de Braille	DA-5
19	PP-1	Secretário Municipal	SM
1	PP-1	Secretário Particular do Prefeito	DA-15
6	PP-1	Superintendente	DA-14
5	PP-1	Superintendente de Obras (Subprefeituras)	DA-13
22	PP-1	Supervisor	DA-10
8	PP-1	Supervisor Geral	DA-13
70	PP-1	Supervisor Técnico I	DA-11
164	PP-1	Supervisor Técnico II	DA-12
6	PP-1	Técnico de Artes Gráficas	DA-2
2	PP-1	Técnico de Informação Eletrônica	DA-2

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº do Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
4	PP-1	Tradutor Intérprete	DA-7

GRUPO I

QUADRO DO ENSINO MUNICIPAL

Nº do Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
308	PP-1	Assistente de Atividades Artísticas	EM-3
350	PP-1	Assistente de Diretor de Escola 1º e 2º Grau	EM-6
30	PP-1	Coordenador de Atividades Culturais	EM-6
10	PP-1	Delegado Regional de Educação	EM-10
17	PP-1	Diretor de Escola de 1º e 2º Grau	EM-8
6000	PP-1	Professor de 1º Grau - Nível 1	EM-3
		Categoria 2	EM-3
		Categoria 3	EM-4
3000	PP-1	Professor Substituto de Educação Infantil	ENS-1
		Categoria 1	ENS-1
		Categoria 2	ENS-3
		Categoria 3	ENS-4
6500	PP-1	Professor Substituto de 1º Grau - Nível 1	ENS-1
		Categoria 1	ENS-1
		Categoria 2	ENS-3
		Categoria 3	ENS-4
150	PP-1	Professor de 2º Grau	EM-4
25	PP-1	Professor Substituto de Deficientes Auditivos	ENS-4
400	PP-1	Secretário de Escola	EM-8

SUELLY PENHARRUBIM  
Assessora - SG

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
11	PP-1	Arquivista	AA-6
1	PP-1	Encarregado Geral de Contabilidade	AA-4
1	PP-1	Encarregado Geral de Sonoplastia	AA-6
1	PP-1	Encarregado Geral (Equip.T.Municipal)	AA-1
6	PP-1	Iluminador Cênico	AA-3
2	PP-1	Inspetor do Coral Municipal	AA-6
1	PP-1	Inspetor do Corpo de Baile Municipal	AA-6
1	PP-1	Inspetor de Orquestra Sinfônica Juvenil Municipal	AA-6
1	PP-1	Inspetor de Orquestra Sinfônica Municipal	AA-7
10	PP-1	Montador	AA-3
6	PP-1	Operador de Equipamentos Eletrônicos	AA-3
20	PP-1	Professor de Expressão Corporal e Teatro	AA-6
5	PP-1	Professor de Música	AA-6
30	PP-1	Professor de Música (Escola Municipal de Música)	AA-6
2	PP-1	Projeccionista	AA-3
3	PP-1	Regente	AA-17
4	PP-1	Sonoplasta	AA-3
28	PP-1	Técnico de Máquinas de Falec	AA-2

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO I

QUADRO DA FISCALIZAÇÃO

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
3	PP-1	Assessor de Diretoria	FC-3
33	PP-1	Assistente Técnico	FC-1
38	PP-1	Chefe de Subdivisão	FC-1
2	PP-1	Diretor de Departamento	FC-4
14	PP-1	Diretor de Divisão	FC-2
14	PP-1	Encarregado de Setor	AAF-2

GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO II

QUADRO GERAL DO PESSOAL

Nº de Cargos	Parte Tabela	DENOMINAÇÃO	Ref.
130	PP-111	Administrador I	NS-1
91	PP-111	Administrador II	NS-2
45	PP-111	Administrador III	NS-3
24	PP-111	Administrador IV	NS-4
427	PP-111	Assistente Social I	NS-1
120	PP-111	Assistente Social II	NS-2
60	PP-111	Assistente Social III	NS-3
28	PP-111	Assistente Social IV	NS-4
184	PP-111	Bibliotecário I	NS-1
98	PP-111	Bibliotecário II	NS-2
54	PP-111	Bibliotecário III	NS-3
24	PP-111	Bibliotecário IV	NS-4
379	PP-111	Cirurgião Dentista I	NS-1
184	PP-111	Cirurgião Dentista II	NS-2
98	PP-111	Cirurgião Dentista III	NS-3



Nº		Nome	Função	Assessoria
76		PP-111	Operador de Máquinas de Mido Ponto 11	2º-9
227	93	PP-121	Operador de Máquinas de Pequeno Ponto 1	2º-2
158		PP-121	Operador de Máquinas de Pequeno Ponto 11	2º-3
301		PP-115	Operador de Máquinas Pequeno 1	2º-4
234		PP-121	Operador de Máquinas Pequeno 11	2º-5
86		PP-121	Operador do Serviço de Boatilhagem de Lixo 1	2º-6
57		PP-113	Operador de Serviço de Boatilhagem de Lixo 11	2º-7
520		PP-121	Podador 1	2º-8
393		PP-113	Podador 11	2º-9
319		PP-111	Plante 1	3º-1
336		PP-111	Plante 11	3º-2
80		PP-111	Plante de Volantes 1	3º-3
86		PP-112	Plante de Volantes 11	3º-4
110		PP-111	Securabreito 1	3º-5
33		PP-111	Securabreito 11	3º-6
3537	107	PP-111	Securabreito 1	3º-7
3759		PP-111	Securabreito 11	3º-8

1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30  
 31  
 32  
 33  
 34  
 35  
 36  
 37  
 38  
 39  
 40  
 41  
 42  
 43  
 44  
 45  
 46  
 47  
 48  
 49  
 50  
 51  
 52  
 53  
 54  
 55  
 56  
 57  
 58  
 59  
 60  
 61  
 62  
 63  
 64  
 65  
 66  
 67  
 68  
 69  
 70  
 71  
 72  
 73  
 74  
 75  
 76  
 77  
 78  
 79  
 80  
 81  
 82  
 83  
 84  
 85  
 86  
 87  
 88  
 89  
 90  
 91  
 92  
 93  
 94  
 95  
 96  
 97  
 98  
 99  
 100  
 101  
 102  
 103  
 104  
 105  
 106  
 107  
 108  
 109  
 110  
 111  
 112  
 113  
 114  
 115  
 116  
 117  
 118  
 119  
 120  
 121  
 122  
 123  
 124  
 125  
 126  
 127  
 128  
 129  
 130  
 131  
 132  
 133  
 134  
 135  
 136  
 137  
 138  
 139  
 140  
 141  
 142  
 143  
 144  
 145  
 146  
 147  
 148  
 149  
 150  
 151  
 152  
 153  
 154  
 155  
 156  
 157  
 158  
 159  
 160  
 161  
 162  
 163  
 164  
 165  
 166  
 167  
 168  
 169  
 170  
 171  
 172  
 173  
 174  
 175  
 176  
 177  
 178  
 179  
 180  
 181  
 182  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 188  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201  
 202  
 203  
 204  
 205  
 206  
 207  
 208  
 209  
 210  
 211  
 212  
 213  
 214  
 215  
 216  
 217  
 218  
 219  
 220  
 221  
 222  
 223  
 224  
 225  
 226  
 227  
 228  
 229  
 230  
 231  
 232  
 233  
 234  
 235  
 236  
 237  
 238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285  
 286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333  
 334  
 335  
 336  
 337  
 338  
 339  
 340  
 341  
 342  
 343  
 344  
 345  
 346  
 347  
 348  
 349  
 350  
 351  
 352  
 353  
 354  
 355  
 356  
 357  
 358  
 359  
 360  
 361  
 362  
 363  
 364  
 365  
 366  
 367  
 368  
 369  
 370  
 371  
 372  
 373  
 374  
 375  
 376  
 377  
 378  
 379  
 380  
 381  
 382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429  
 430  
 431  
 432  
 433  
 434  
 435  
 436  
 437  
 438  
 439  
 440  
 441  
 442  
 443  
 444  
 445  
 446  
 447  
 448  
 449  
 450  
 451  
 452  
 453  
 454  
 455  
 456  
 457  
 458  
 459  
 460  
 461  
 462  
 463  
 464  
 465  
 466  
 467  
 468  
 469  
 470  
 471  
 472  
 473  
 474  
 475  
 476  
 477  
 478  
 479  
 480  
 481  
 482  
 483  
 484  
 485  
 486  
 487  
 488  
 489  
 490  
 491  
 492  
 493  
 494  
 495  
 496  
 497  
 498  
 499  
 500  
 501  
 502  
 503  
 504  
 505  
 506  
 507  
 508  
 509  
 510  
 511  
 512  
 513  
 514  
 515  
 516  
 517  
 518  
 519  
 520  
 521  
 522  
 523  
 524  
 525

1200	PP-111	Servente Escolar 11	00-7
1201	PP-112	Soldado 1	00-4
1202	PP-113	Soldado 2	00-5
1203	PP-114	Agente 1	00-6
1204	PP-115	Agente 2	00-7
1205	PP-116	Técnico Administrativo 1	00-8
1206	PP-117	Técnico Administrativo 2	00-9
1207	PP-118	Vigilante 1	00-10
1208	PP-119	Vigilante 2	00-11
1209	PP-120	Vigilante 3	00-12
1210	PP-121	Relator 1	00-13
1211	PP-122	Relator 2	00-14

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 10 DA LEI Nº 10.430, DE 29 DE  
FEVEREIRO DE 1.988

**QUADRO GERAL DO PESSOAL**  
**NÍVEL OPERACIONAL**

GRUPO	A	B	C	D	E
OP-1	9.156,00	10.049,00	11.077,00	12.184,00	13.403,00
OP-2	10.049,00	11.077,00	12.184,00	13.403,00	14.743,00
OP-3	11.077,00	12.184,00	13.403,00	14.743,00	16.218,00
OP-4	12.184,00	13.403,00	14.743,00	16.218,00	17.840,00
OP-5	13.403,00	14.743,00	16.218,00	17.840,00	19.623,00

**QUADRO GERAL DO PESSOAL**  
**NÍVEL BÁSICO**

GRUPO	A	B	C	D	E
BA-1	9.861,00	10.847,00	11.932,00	13.125,00	14.438,00
BA-2	10.847,00	11.932,00	13.125,00	14.438,00	15.881,00
BA-3	11.932,00	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00
BA-4	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00
BA-5	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.138,00

**QUADRO GERAL DO PESSOAL**  
**NÍVEL MÉDIO**

GRUPO	A	B	C	D	E
ME-1	11.932,00	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00
ME-2	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00
ME-3	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.138,00
ME-4	15.881,00	17.470,00	19.216,00	21.138,00	23.232,00
ME-5	17.470,00	19.216,00	21.138,00	23.232,00	25.576,00

**QUADRO GERAL DO PESSOAL**  
**NÍVEL SUPERIOR**

GRUPO	A	B	C	D	E
SE-1	21.138,00	23.232,00	25.576,00	28.133,00	30.947,00
SE-2	23.232,00	25.576,00	28.133,00	30.947,00	34.043,00
SE-3	25.576,00	28.133,00	30.947,00	34.043,00	37.447,00
SE-4	28.133,00	30.947,00	34.043,00	37.447,00	41.193,00

**QUADRO GERAL DO PESSOAL**  
**CARGOS EM COMISSÃO**

REFERÊNCIA	VALOR
DA-1	11.932,00
DA-2	13.125,00
DA-3	14.437,00
DA-4	15.881,00
DA-5	17.449,00
DA-6	19.216,00
DA-7	21.138,00
DA-8	23.232,00
DA-9	25.577,00

DA-11	30.948,00
DA-12	34.043,00
DA-13	37.447,00
DA-14	41.192,00
DA-15	45.311,00
DA-16	49.842,00
S.M.	56.826,00

**QUADRO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS**

REFERÊNCIA	VALOR
AA	11.912,00
AA-1	13.125,00
AA-2	14.438,00
AA-3	15.881,00
AA-4	17.470,00
AA-5	19.216,00
AA-6	21.138,00
AA-7	23.232,00
AA-8	25.576,00
AA-9	28.133,00
AA-10	30.947,00
AA-11	34.043,00
AA-12	37.447,00
AA-13	41.192,00

**QUADRO DO ENSINO MUNICIPAL**

GRUPO	A	B	C	D	E
ENS-1	4.813,00	-	-	-	-
ENS-2	5.582,00	-	-	-	-
ENS-3	7.046,00	-	-	-	-
EN-1	14.438,00	15.348,00	16.745,00	18.231,00	19.821,00
EN-2	15.348,00	16.745,00	18.231,00	19.821,00	20.915,00
EN-3	16.745,00	18.231,00	19.821,00	20.915,00	22.325,00
EN-4	21.138,00	22.764,00	24.516,00	26.402,00	28.434,00
EN-5	22.764,00	24.516,00	26.402,00	28.434,00	30.622,00
EN-6	24.516,00	26.402,00	28.434,00	30.622,00	32.979,00
EN-7	26.402,00	28.434,00	30.622,00	32.979,00	35.516,00
EN-8	28.434,00	30.622,00	32.979,00	35.516,00	38.348,00
EN-9	30.622,00	32.979,00	35.516,00	38.348,00	41.192,00
EN-10	32.979,00	35.516,00	38.348,00	41.192,00	44.421,00

**QUADRO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

GRUPO	A	B	C	D	E
FT-1	21.138,00	23.232,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00
FT-2	23.232,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00
FT-3	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00	37.447,00
FT-4	28.133,00	30.948,00	34.043,00	37.447,00	41.192,00
AAF-1	13.125,00	14.438,00	15.881,00	17.470,00	19.216,00

REFERÊNCIA	VALOR
PC-1	41.193,00
PC-2	45.310,00
PC-3	49.842,00
PC-4	54.825,00
AAF-2	21.138,00

**QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

GRUPO	A	B	C	D	E
PR-1	21.138,00	23.232,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00
PR-2	23.232,00	25.577,00	28.133,00	30.948,00	34.043,00

**QUADRO DA RECEBERIA MUNICIPAL**

REF.	A	B	C	D	E
RA-1	25.145,00	27.208,00	29.300,00	31.511,00	33.837,00
RA-2	27.208,00	29.300,00	31.511,00	33.837,00	36.281,00
RA-3	29.300,00	31.511,00	33.837,00	36.281,00	38.936,00
RA-4	31.511,00	33.837,00	36.281,00	38.936,00	41.828,00

**QUADRO DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA**

REF.	A	B	C	D	E
GM-1	11.445,00	12.140,00	12.853,00	13.589,00	14.348,00
GM-2	12.140,00	12.853,00	13.589,00	14.348,00	15.166,00
GM-3	12.853,00	13.589,00	14.348,00	15.166,00	16.032,00
GM-4	13.589,00	14.348,00	15.166,00	16.032,00	16.957,00
GM-5	14.348,00	15.166,00	16.032,00	16.957,00	17.942,00
GM-6	15.166,00	16.032,00	16.957,00	17.942,00	19.000,00

**ANEXO II**

A QUE SE REFERE O ART. 10 DA LEI Nº 10.430, DE 29 DE  
FEVEREIRO DE 1.988

**GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**  
**NÍVEL OPERACIONAL**

Padrão do Cargo Exercido	% a/ NO-5-E
DA-1 DA-2	20%
DA-3 DA-4	40%
DA-5 DA-6	60%
DA-7 DA-8	80%
DA-9 DA-10	100%
DA-11 em diante	120%

**GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**  
**NÍVEL BÁSICO**

Padrão do Cargo Exercido	% a/ BS-5-E
DA-1 DA-2	20%
DA-3 DA-4	40%
DA-5 DA-6	60%
DA-7 DA-8	80%
DA-9 DA-10	100%
DA-11 em diante	120%

**GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**  
**NÍVEL MÉDIO**

Padrão do Cargo Exercido	% a/ ME-5-E
DA-1 DA-2	20%
DA-3 DA-4	40%
DA-5 DA-6 AAF-2	60%
DA-7 DA-8	80%
DA-9 DA-10	100%

SUELLY PENHARUBIA FAGUNDES  
ASSESSORA

DIVEL SUPERIOR

Posição do Cargo Exercido	Idade/MS-4-E
DA-9 DA-10	20%
DA-11 FC-1	40%
DA-12 FC-2	60%
FC-3	70%
DA-13 FC-4	80%
DA-14	100%

BA-19  
BA-14  
BM

1208

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 10, § 7º DA LEI Nº 10.430

DE 2 DE FEVEREIRO DE 1.988

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO  
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

CARGO		FC-1	FC-2	FC-3	FC-4
FT-1	FT-2	1,267	1,334	1,334	1,400
FC-1	FC-4	1,000	1,053	1,053	1,105
FC-2		1,000	1,000	1,000	1,050
FC-3		1,000	1,000	1,000	1,050
FC-4		1,000	1,000	1,000	1,000

32 de proc.  
PROMOÇÃO DE 1997

Determinação Prestar Contas	Pagos do Beneficiário Comarcas
Jornalista	
M-1	M-1 PC-1
M-2	M-2 PC-2
M-3	M-3 PC-3
Escritor	
Data de Subscrição	M-11
Fóto de Secos	PC-1
Tenente	
Substituto	
Primeiro de Divisão	M-10 PC-1
Supervisor	
	M-13 PC-4
M-6	
múltiplos cargos:	M-14
M-15	M-15
M-16	M-16
	M

ANEXO III - TABELAS DE ENCLOSURAMENTOS - A QUE SE REFERE O ART. 9º DA LEI Nº 10.430, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1966

QUADRO GERAL DO PESSOAL  
NÍVEL OPERACIONAL

### NOTES OF OPERATION

Nº da Ficha		denominação	Ext	Pavão	M. de Extensão	M. de Área	Observações	denominação	Ext	Pavão	M. de Extensão	M. de Área	Observações
Antiga	Novo												
00	20	Agência de Controle de Sanidade I	12	PP-111	66	-		Agência de Controle de Sanidade I	104	PP-111	66	-	
00	-	Agência de Controle de Sanidade II	12	PP-112	66	-		Agência de Controle de Sanidade II	105	PP-112	66	-	
217	23	Armadilha I	10	PP-113	66	-		Armadilha I	106	PP-113	66	-	
90	-	Armadilha II	12	PP-114	66	-		Armadilha II	107	PP-114	66	-	
12	-	Armadilha III	10	PP-115	66	-		Armadilha III	108	PP-115	66	-	
48	-	Armadilha IV	12	PP-116	66	-		Armadilha IV	109	PP-116	66	-	
296	46	Asfáltador I	10	PP-117	170	AK		Asfáltador I	110	PP-117	170	AK	
-	-	Asfáltador II	12	PP-118	135	-		Asfáltador II	111	PP-118	135	-	
-	-	Asfáltador III	10	PP-119	105	-		Asfáltador III	112	PP-119	105	-	
12	-	Asfáltador IV	12	PP-120	33	-		Asfáltador IV	113	PP-120	33	-	
23	-	Asfáltador V	12	PP-121	23	-		Asfáltador V	114	PP-121	23	-	
335	-	Asfáltador VI	10	PP-122	135	-		Asfáltador VI	115	PP-122	135	-	
30	-	Asfáltador VII	10	PP-123	11	-		Asfáltador VII	116	PP-123	11	-	
1222	-	Asfáltador VIII	10	PP-124	1222	-		Asfáltador VIII	117	PP-124	1222	-	
0	-	Asfáltador IX	10	PP-125	0	-		Asfáltador IX	118	PP-125	0	-	
00	-	Asfáltador X	10	PP-126	0	-		Asfáltador X	119	PP-126	0	-	
120	-	Asfáltador XI	10	PP-127	120	-		Asfáltador XI	120	PP-127	120	-	
1200	-	Asfáltador XII	10	PP-128	1200	-		Asfáltador XII	121	PP-128	1200	-	

[illegible]

SP de CARGAS		ATUAL		SITUAÇÃO		PARA		
Modelo	Prov	Desempenho	Not	Força Líquida	EF de Cargas	Desempenho	Para Tabela	
100	-	Coronelias II	15	PP-111	192	-	Coronelias I	10-5 PP-111
2304	-	Camilo-Sa-Pereira I	6	PP-111	2332	-	Camilo-Sa-Pereira I	10-1 PP-111
10	-	Barragem II	5	PP-111				
1500	-	Camilo-Sa-Pereira II	10	PP-111	1548	-	Camilo-Sa-Pereira II	10-3 PP-111
10	-	Barragem II	5	PP-111				
100	-	Camilo I	6	PP-111	106	-	Camilo I	10-1 PP-111
97	-	Camilo II	10	PP-111	97	-	Camilo II	
100	PP	Camilo Hospitalar I	10	PP-111	100	10	Camilo Hospitalar I	10-3 PP-111
111	-	Camilo Hospitalar II	15	PP-111	111	-	Camilo Hospitalar II	10-3 PP-111
100	6	Camilo I	15	PP-111	30	4	Camilo I	10-4 PP-111
30	-	Camilo II	15	PP-111	30	-	Camilo II	10-3 PP-111
93	25	Camilo I	15	PP-111	212	25	Camilo I	10-4 PP-111
142	-	Camilo II	15	PP-111	142	-	Camilo II	10-5 PP-111
5	-	Camilo I	13	PP-111	0	-	Camilo I	10-4 PP-111
5	-	Camilo II	15	PP-111	5	-	Camilo II	10-5 PP-111
107	-	Eletrilista I	13	PP-111	106	-	Eletrilista I	10-4 PP-111
0	-	Eletrilista de Eliminação Vítima I	13	PP-111				

SITUAÇÃO ANTES				SITUAÇÃO DEPOIS			
NO DE CRIANÇAS	Descrição	Def	Valor Total	NO DE CRIANÇAS	Descrição	Def	Valor Total
Médica	Prof			Médica	Prof		
136	- Eletroclista II	13	PP-113	136	- Eletroclista II	13	PP-113
6	- Eletroclista de Simulação Física II	13	PP-113				
00 16	Eletroclista de Melhoria I	13	PP-113	93	Eletroclista de Melhoria I	13	PP-113
31	- Eletroclista de Melhoria II	13	PP-113	93	- Eletroclista de Melhoria II	13	PP-113
91	- Radioterapeuta I	13	PP-113	31	- Radioterapeuta I	13	PP-113
56	- Radioterapeuta II	13	PP-113	16	- Radioterapeuta II	13	PP-113
106	- Radioterapeuta I	13	PP-113	106	- Radioterapeuta I	13	PP-113
121	- Radioterapeuta II	13	PP-113	121	- Radioterapeuta II	13	PP-113
6 1	Proceder I	13	PP-113	6	Proceder I	13	PP-113
2	- Proceder II	13	PP-113	2	- Proceder II	13	PP-113
97	- Fisiologia I	13	PP-113	97	- Fisiologia I	13	PP-113
66	- Fisiologia II	13	PP-113	66	- Fisiologia II	13	PP-113

430	- Jardimiro I	12 77-111	032	- Jardimiro I	00-4 77-111
435	- Jardimiro II	15 77-111	150	- Jardimiro II	00-5 77-111
162	- Jardimiro de Salinas I	10 77-111	160	- Jardimiro de Salinas I	00-2 77-111
300	- Jardimiro de Salinas II	12 77-111	163	- Jardimiro de Salinas II	00-3 77-111

[illegible]

TITULO			FOLIO		TITULO			FOLIO	
NO. DE CANTIDAD	UNIDAD	DESCRIPCION	VAL.	PREC. TABLA	NO. DE CANTIDAD	UNIDAD	DESCRIPCION	VAL.	PREC. TABLA
128	m	Plancha I	12	PP-111	128	m	Plancha I	12	PP-111
129	m	Plancha II	13	PP-111	129	m	Plancha II	13	PP-111
130	m	Plancha III	14	PP-111	130	m	Plancha III	14	PP-111
131	m	Plancha IV	15	PP-111	131	m	Plancha IV	15	PP-111
132	m	Plancha V	16	PP-111	132	m	Plancha V	16	PP-111
133	m	Plancha VI	17	PP-111	133	m	Plancha VI	17	PP-111
134	m	Plancha VII	18	PP-111	134	m	Plancha VII	18	PP-111
135	m	Plancha VIII	19	PP-111	135	m	Plancha VIII	19	PP-111
136	m	Plancha IX	20	PP-111	136	m	Plancha IX	20	PP-111
137	m	Plancha X	21	PP-111	137	m	Plancha X	21	PP-111
138	m	Plancha XI	22	PP-111	138	m	Plancha XI	22	PP-111
139	m	Plancha XII	23	PP-111	139	m	Plancha XII	23	PP-111
140	m	Plancha XIII	24	PP-111	140	m	Plancha XIII	24	PP-111
141	m	Plancha XIV	25	PP-111	141	m	Plancha XIV	25	PP-111
142	m	Plancha XV	26	PP-111	142	m	Plancha XV	26	PP-111
143	m	Plancha XVI	27	PP-111	143	m	Plancha XVI	27	PP-111
144	m	Plancha XVII	28	PP-111	144	m	Plancha XVII	28	PP-111
145	m	Plancha XVIII	29	PP-111	145	m	Plancha XVIII	29	PP-111
146	m	Plancha XIX	30	PP-111	146	m	Plancha XIX	30	PP-111
147	m	Plancha XX	31	PP-111	147	m	Plancha XX	31	PP-111
148	m	Plancha XXI	32	PP-111	148	m	Plancha XXI	32	PP-111
149	m	Plancha XXII	33	PP-111	149	m	Plancha XXII	33	PP-111
150	m	Plancha XXIII	34	PP-111	150	m	Plancha XXIII	34	PP-111
151	m	Plancha XXIV	35	PP-111	151	m	Plancha XXIV	35	PP-111
152	m	Plancha XXV	36	PP-111	152	m	Plancha XXV	36	PP-111
153	m	Plancha XXVI	37	PP-111	153	m	Plancha XXVI	37	PP-111
154	m	Plancha XXVII	38	PP-111	154	m	Plancha XXVII	38	PP-111
155	m	Plancha XXVIII	39	PP-111	155	m	Plancha XXVIII	39	PP-111
156	m	Plancha XXIX	40	PP-111	156	m	Plancha XXIX	40	PP-111
157	m	Plancha XXX	41	PP-111	157	m	Plancha XXX	41	PP-111
158	m	Plancha XXXI	42	PP-111	158	m	Plancha XXXI	42	PP-111
159	m	Plancha XXXII	43	PP-111	159	m	Plancha XXXII	43	PP-111
160	m	Plancha XXXIII	44	PP-111	160	m	Plancha XXXIII	44	PP-111
161	m	Plancha XXXIV	45	PP-111	161	m	Plancha XXXIV	45	PP-111
162	m	Plancha XXXV	46	PP-111	162	m	Plancha XXXV	46	PP-111
163	m	Plancha XXXVI	47	PP-111	163	m	Plancha XXXVI	47	PP-111
164	m	Plancha XXXVII	48	PP-111	164	m	Plancha XXXVII	48	PP-111
165	m	Plancha XXXVIII	49	PP-111	165	m	Plancha XXXVIII	49	PP-111
166	m	Plancha XXXIX	50	PP-111	166	m	Plancha XXXIX	50	PP-111
167	m	Plancha XL	51	PP-111	167	m	Plancha XL	51	PP-111
168	m	Plancha XLI	52	PP-111	168	m	Plancha XLI	52	PP-111
169	m	Plancha XLII	53	PP-111	169	m	Plancha XLII	53	PP-111
170	m	Plancha XLIII	54	PP-111	170	m	Plancha XLIII	54	PP-111
171	m	Plancha XLIV	55	PP-111	171	m	Plancha XLIV	55	PP-111
172	m	Plancha XLV	56	PP-111	172	m	Plancha XLV	56	PP-111
173	m	Plancha XLVI	57	PP-111	173	m	Plancha XLVI	57	PP-111
174	m	Plancha XLVII	58	PP-111	174	m	Plancha XLVII	58	PP-111
175	m	Plancha XLVIII	59	PP-111	175	m	Plancha XLVIII	59	PP-111
176	m	Plancha XLIX	60	PP-111	176	m	Plancha XLIX	60	PP-111
177	m	Plancha L	61	PP-111	177	m	Plancha L	61	PP-111
178	m	Plancha LI	62	PP-111	178	m	Plancha LI	62	PP-111
179	m	Plancha LII	63	PP-111	179	m	Plancha LII	63	PP-111
180	m	Plancha LIII	64	PP-111	180	m	Plancha LIII	64	PP-111
181	m	Plancha LIV	65	PP-111	181	m	Plancha LIV	65	PP-111
182	m	Plancha LV	66	PP-111	182	m	Plancha LV	66	PP-111
183	m	Plancha LVI	67	PP-111	183	m	Plancha LVI	67	PP-111
184	m	Plancha LVII	68	PP-111	184	m	Plancha LVII	68	PP-111
185	m	Plancha LVIII	69	PP-111	185	m	Plancha LVIII	69	PP-111
186	m	Plancha LIX	70	PP-111	186	m	Plancha LIX	70	PP-111
187	m	Plancha LX	71	PP-111	187	m	Plancha LX	71	PP-111
188	m	Plancha LXI	72	PP-111	188	m	Plancha LXI	72	PP-111
189	m	Plancha LXII	73	PP-111	189	m	Plancha LXII	73	PP-111
190	m	Plancha LXIII	74	PP-111	190	m	Plancha LXIII	74	PP-111
191	m	Plancha LXIV	75	PP-111	191	m	Plancha LXIV	75	PP-111
192	m	Plancha LXV	76	PP-111	192	m	Plancha LXV	76	PP-111
193	m	Plancha LXVI	77	PP-111	193	m	Plancha LXVI	77	PP-111
194	m	Plancha LXVII	78	PP-111	194	m	Plancha LXVII	78	PP-111
195	m	Plancha LXVIII	79	PP-111	195	m	Plancha LXVIII	79	PP-111
196	m	Plancha LXIX	80	PP-111	196	m	Plancha LXIX	80	PP-111
197	m	Plancha LXX	81	PP-111	197	m	Plancha LXX	81	PP-111
198	m	Plancha LXXI	82	PP-111	198	m	Plancha LXXI	82	PP-111
199	m	Plancha LXXII	83	PP-111	199	m	Plancha LXXII	83	PP-111
200	m	Plancha LXXIII	84	PP-111	200	m	Plancha LXXIII	84	PP-111
201	m	Plancha LXXIV	85	PP-111	201	m	Plancha LXXIV	85	PP-111
202	m	Plancha LXXV	86	PP-111	202	m	Plancha LXXV	86	PP-111
203	m	Plancha LXXVI	87	PP-111	203	m	Plancha LXXVI	87	PP-111
204	m	Plancha LXXVII	88	PP-111	204	m	Plancha LXXVII	88	PP-111
205	m	Plancha LXXVIII	89	PP-111	205	m	Plancha LXXVIII	89	PP-111
206	m	Plancha LXXIX	90	PP-111	206	m	Plancha LXXIX	90	PP-111
207	m	Plancha LXXX	91	PP-111	207	m	Plancha LXXX	91	PP-111
208	m	Plancha LXXXI	92	PP-111	208	m	Plancha LXXXI	92	PP-111
209	m	Plancha LXXXII	93	PP-111	209	m	Plancha LXXXII	93	PP-111
210	m	Plancha LXXXIII	94	PP-111	210	m	Plancha LXXXIII	94	PP-111
211	m	Plancha LXXXIV	95	PP-111	211	m	Plancha LXXXIV	95	PP-111
212	m	Plancha LXXXV	96	PP-111	212	m	Plancha LXXXV	96	PP-111
213	m	Plancha LXXXVI	97	PP-111	213	m	Plancha LXXXVI	97	PP-111
214	m	Plancha LXXXVII	98	PP-111	214	m	Plancha LXXXVII	98	PP-111
215	m	Plancha LXXXVIII	99	PP-111	215	m	Plancha LXXXVIII	99	PP-111
216	m	Plancha LXXXIX	100	PP-111	216	m	Plancha LXXXIX	100	PP-111
217	m	Plancha LXXXX	101	PP-111	217	m	Plancha LXXXX	101	PP-111
218	m	Plancha LXXXXI	102	PP-111	218	m	Plancha LXXXXI	102	PP-111
219	m	Plancha LXXXXII	103	PP-111	219	m	Plancha LXXXXII	103	PP-111
220	m	Plancha LXXXXIII	104	PP-111	220	m	Plancha LXXXXIII	104	PP-111
221	m	Plancha LXXXXIV	105	PP-111	221	m	Plancha LXXXXIV	105	PP-111
222	m	Plancha LXXXXV	106	PP-111	222	m	Plancha LXXXXV	106	PP-111
223	m	Plancha LXXXXVI	107	PP-111	223	m	Plancha LXXXXVI	107	PP-111
224	m	Plancha LXXXXVII	108	PP-111	224	m	Plancha LXXXXVII	108	PP-111
225	m	Plancha LXXXXVIII	109	PP-111	225	m	Plancha LXXXXVIII	109	PP-111
226	m	Plancha LXXXXIX	110	PP-111	226	m	Plancha LXXXXIX	110	PP-111
227	m	Plancha LXXXXX	111	PP-111	227	m	Plancha LXXXXX	111	PP-111
228	m	Plancha LXXXXXI	112	PP-111	228	m	Plancha LXXXXXI	112	PP-111
229	m	Plancha LXXXXXII	113	PP-111	229	m	Plancha LXXXXXII	113	PP-111
230	m	Plancha LXXXXXIII	114	PP-111	230	m	Plancha LXXXXXIII	114	PP-111
231	m	Plancha LXXXXXIV	115	PP-111	231	m	Plancha LXXXXXIV	115	PP-111
232	m	Plancha LXXXXXV	116	PP-111	232	m	Plancha LXXXXXV	116	PP-111
233	m	Plancha LXXXXXVI	117	PP-111	233	m	Plancha LXXXXXVI	117	PP-111
234	m	Plancha LXXXXXVII	118	PP-111	234	m	Plancha LXXXXXVII	118	PP-111
235	m	Plancha LXXXXXVIII	119	PP-111	235	m	Plancha LXXXXXVIII	119	PP-111
236	m	Plancha LXXXXXIX	120	PP-111	236	m	Plancha LXXXXXIX	120	PP-111
237	m	Plancha LXXXXXX	121	PP-111	237	m	Plancha LXXXXXX	121	PP-111
238	m	Plancha LXXXXXXI	122	PP-111	238	m	Plancha LXXXXXXI	122	PP-111
239	m	Plancha LXXXXXXII	123	PP-111	239	m	Plancha LXXXXXXII	123	PP-111
240	m	Plancha LXXXXXXIII	124	PP-111	240	m	Plancha LXXXXXXIII	124	PP-111
241	m	Plancha LXXXXXXIV	125	PP-111	241	m	Plancha LXXXXXXIV	125	PP-111
242	m	Plancha LXXXXXXV	126	PP-111	242	m	Plancha LXXXXXXV	126	PP-111
243	m	Plancha LXXXXXXVI	127	PP-111	243	m	Plancha LXXXXXXVI	127	PP-111
244	m	Plancha LXXXXXXVII	128	PP-111	244	m	Plancha LXXXXXXVII	128	PP-111
245	m	Plancha LXXXXXXVIII	129	PP-111	245	m	Plancha LXXXXXXVIII	129	PP-111
246	m	Plancha LXXXXXXIX	130	PP-111	246	m	Plancha LXXXXXXIX	130	PP-111
247	m	Plancha LXXXXXXX	131	PP-111	247	m	Plancha LXXXXXXX	131	PP-111
248	m	Plancha LXXXXXXXI	132	PP-111	248	m	Plancha LXXXXXXXI	132	PP-111
249	m	Plancha LXXXXXXXII	133	PP-111	249	m	Plancha LXXXXXXXII	133	PP-111
250	m	Plancha LXXXXXXXIII	134	PP-111	250	m	Plancha LXXXXXXXIII	134	PP-111
251	m	Plancha LXXXXXXXIV	135	PP-111	251	m	Plancha LXXXXXXXIV	135	PP-111
252	m	Plancha LXXXXXXXV	136	PP-111	252	m	Plancha LXXXXXXXV	136	PP-111
253	m	Plancha LXXXXXXXVI	137	PP-111	253	m	Plancha LXXXXXXXVI	137	PP-111
254	m	Plancha LXXXXXXXVII	138	PP-111	254	m	Plancha LXXXXXXXVII	138	PP-111
255	m	Plancha LXXXXXXXVIII	139	PP-111	255	m	Plancha LXXXXXXXVIII	139	PP-111
256	m	Plancha LXXXXXXXIX	140	PP-111	256	m	Plancha LXXXXXXXIX	140	PP-111
257	m	Plancha LXXXXXXXX	141	PP-111	257	m	Plancha LXXXXXXXX	141	PP-111
258	m	Plancha LXXXXXXXXI	142	PP-111	258	m	Plancha LXXXXXXXXI	142	PP-111
259	m	Plancha LXXXXXXXII	143	PP-111	259	m	Plancha LXXXXXXXII	143	PP-111
260	m	Plancha LXXXXXXXIII	144	PP-111	260	m	Plancha LXXXXXXXIII	144	PP-111
261	m	Plancha LXXXXXXXIV	145	PP-111	261	m	Plancha LXXXXXXXIV	145	PP-111
262	m	Plancha LXXXXXXXV	146	PP-111	262	m	Plancha LXXXXXXXV	146	PP-111
263	m	Plancha LXXXXXXXVI	147	PP-111	263	m	Plancha LXXXXXXXVI	147	PP-111
264	m	Plancha LXXXXXXXVII	148	PP-111	264	m	Plancha LXXXXXXXVII	148	PP-111
265	m	Plancha LXXXXXXXVIII	149	PP-111	265	m	Plancha LXXXXXXXVIII	149	PP-111
266	m	Plancha LXXXXXXXIX	150	PP-111	266	m	Plancha LXXXXXXXIX	150	PP-111
267	m	Plancha LXXXXXXXX	151	PP-111	267	m	Plancha LXXXXXXXX	151	PP-111
268	m	Plancha LXXXXXXXXI	152	PP-111	268	m	Plancha LXXXXXXXXI	152	PP-111
269	m	Plancha LXXXXXXXII	153	PP-111	269	m	Plancha LXXXXXXXII	153	PP-111
270	m	Plancha LXXXXXXXIII	154	PP-111	2				

[illegible][illegible]

Nome do Servidor de Planejamento de	
Nome do pai e	22-2
de classe	22-2

**LIELLY PENHARRUBIA FAGUNDES**  
 Mestra - SGM / AT

LISTA Nº 1			LISTA Nº 2		
Nº de Cartão	Descrição	Valor	Nº de Cartão	Descrição	Valor
01	Transporte 1	12	01	Transporte 1	12
02	Transporte 2	12	02	Transporte 2	12
03	Transporte 3	12	03	Transporte 3	12
04	Transporte 4	12	04	Transporte 4	12
05	Transporte 5	12	05	Transporte 5	12
06	Transporte 6	12	06	Transporte 6	12
07	Transporte 7	12	07	Transporte 7	12
08	Transporte 8	12	08	Transporte 8	12
09	Transporte 9	12	09	Transporte 9	12
10	Transporte 10	12	10	Transporte 10	12
11	Transporte 11	12	11	Transporte 11	12
12	Transporte 12	12	12	Transporte 12	12
13	Transporte 13	12	13	Transporte 13	12
14	Transporte 14	12	14	Transporte 14	12
15	Transporte 15	12	15	Transporte 15	12
16	Transporte 16	12	16	Transporte 16	12
17	Transporte 17	12	17	Transporte 17	12
18	Transporte 18	12	18	Transporte 18	12
19	Transporte 19	12	19	Transporte 19	12
20	Transporte 20	12	20	Transporte 20	12
21	Transporte 21	12	21	Transporte 21	12
22	Transporte 22	12	22	Transporte 22	12
23	Transporte 23	12	23	Transporte 23	12
24	Transporte 24	12	24	Transporte 24	12
25	Transporte 25	12	25	Transporte 25	12
26	Transporte 26	12	26	Transporte 26	12
27	Transporte 27	12	27	Transporte 27	12
28	Transporte 28	12	28	Transporte 28	12
29	Transporte 29	12	29	Transporte 29	12
30	Transporte 30	12	30	Transporte 30	12
31	Transporte 31	12	31	Transporte 31	12
32	Transporte 32	12	32	Transporte 32	12
33	Transporte 33	12	33	Transporte 33	12
34	Transporte 34	12	34	Transporte 34	12
35	Transporte 35	12	35	Transporte 35	12
36	Transporte 36	12	36	Transporte 36	12
37	Transporte 37	12	37	Transporte 37	12
38	Transporte 38	12	38	Transporte 38	12
39	Transporte 39	12	39	Transporte 39	12
40	Transporte 40	12	40	Transporte 40	12
41	Transporte 41	12	41	Transporte 41	12
42	Transporte 42	12	42	Transporte 42	12
43	Transporte 43	12	43	Transporte 43	12
44	Transporte 44	12	44	Transporte 44	12
45	Transporte 45	12	45	Transporte 45	12
46	Transporte 46	12	46	Transporte 46	12
47	Transporte 47	12	47	Transporte 47	12
48	Transporte 48	12	48	Transporte 48	12
49	Transporte 49	12	49	Transporte 49	12
50	Transporte 50	12	50	Transporte 50	12
51	Transporte 51	12	51	Transporte 51	12
52	Transporte 52	12	52	Transporte 52	12
53	Transporte 53	12	53	Transporte 53	12
54	Transporte 54	12	54	Transporte 54	12
55	Transporte 55	12	55	Transporte 55	12
56	Transporte 56	12	56	Transporte 56	12
57	Transporte 57	12	57	Transporte 57	12
58	Transporte 58	12	58	Transporte 58	12
59	Transporte 59	12	59	Transporte 59	12
60	Transporte 60	12	60	Transporte 60	12
61	Transporte 61	12	61	Transporte 61	12
62	Transporte 62	12	62	Transporte 62	12
63	Transporte 63	12	63	Transporte 63	12
64	Transporte 64	12	64	Transporte 64	12
65	Transporte 65	12	65	Transporte 65	12
66	Transporte 66	12	66	Transporte 66	12
67	Transporte 67	12	67	Transporte 67	12
68	Transporte 68	12	68	Transporte 68	12
69	Transporte 69	12	69	Transporte 69	12
70	Transporte 70	12	70	Transporte 70	12
71	Transporte 71	12	71	Transporte 71	12
72	Transporte 72	12	72	Transporte 72	12
73	Transporte 73	12	73	Transporte 73	12
74	Transporte 74	12	74	Transporte 74	12
75	Transporte 75	12	75	Transporte 75	12
76	Transporte 76	12	76	Transporte 76	12
77	Transporte 77	12	77	Transporte 77	12
78	Transporte 78	12	78	Transporte 78	12
79	Transporte 79	12	79	Transporte 79	12
80	Transporte 80	12	80	Transporte 80	12
81	Transporte 81	12	81	Transporte 81	12
82	Transporte 82	12	82	Transporte 82	12
83	Transporte 83	12	83	Transporte 83	12
84	Transporte 84	12	84	Transporte 84	12
85	Transporte 85	12	85	Transporte 85	12
86	Transporte 86	12	86	Transporte 86	12
87	Transporte 87	12	87	Transporte 87	12
88	Transporte 88	12	88	Transporte 88	12
89	Transporte 89	12	89	Transporte 89	12
90	Transporte 90	12	90	Transporte 90	12
91	Transporte 91	12	91	Transporte 91	12
92	Transporte 92	12	92	Transporte 92	12
93	Transporte 93	12	93	Transporte 93	12
94	Transporte 94	12	94	Transporte 94	12
95	Transporte 95	12	95	Transporte 95	12
96	Transporte 96	12	96	Transporte 96	12
97	Transporte 97	12	97	Transporte 97	12
98	Transporte 98	12	98	Transporte 98	12
99	Transporte 99	12	99	Transporte 99	12
100	Transporte 100	12	100	Transporte 100	12

19. no. Capela		Denominacao		Vol	Tempo	20. no. Capela		Denominacao		Vol	Tempo
Monte	Povo					Monte	Povo				
12	-	Paróquia Catedral	-	12	19-11-17						
13	-	Paróquia Catedral	12	13	19-11-17						
7	-	Paróquia Catedral	13	7	19-11-17						
1	-	Paróquia Catedral	14	1	19-11-17						
10	10	Paróquia Catedral	1	10	19-11-17						

**SUELLY PENIA ARRUJUBA FAGUNDES**  
Assessora - SGM/ATL

[illegible]

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA				
Nº de Cargos	Denominação	Ref.	Parte Tabela	Nº de Cargos	Denominação	Ref.	Parte Tabela
1	Assistente Técnico e Planejador	20-11	77-1	1	Assistente Técnico II	20-11	77-1
11	Assistente Técnico	20-11	77-1	76	Assistente Técnico	20-11	77-1
1	Assistente Legislativo	20-1	77-1				
16	Assistente Social-Chefe	20-10	77-1	14	Chefe de Seção Técnica	20-10	77-1
17	Assistente Social-Relatório	20-12	77-1	17	Relatório Regional de Serviço Social	20-12	77-1
20	Assistente Social Esp. de Soc. do Trabalho	20-9	77-1	24	Enfermeiro de Assistência Técnica	20-9	77-1
1	Assistente Social Esp. de Lab. Especial	20-9	77-1	3	Assistente Técnico I	20-9	77-1
127	Assistente Técnico	20-11	77-1				
1	Assistente Técnico de Controle e Qualidade	20-11	77-1	121	Assistente Técnico II	20-12	77-1
	Assistente Técnico de Controle e Qualidade	20-11	77-1				
1	Assistente Técnico de Controle de Qualidade	20-12	77-1	3	Assistente Técnico	20-12	77-1
1	Assistente Técnico	20-9	77-1	3	Assistente Técnico II	20-11	77-1
11	Assistente Técnico	20-10	77-1	13	Assistente Técnico II	20-11	77-1
3	Assistente Técnico	20-7	77-1	1	Assistente Técnico I	20-9	77-1
1	Assistente Técnico Chefe	20-13	77-1	1	Enfermeiro Técnico II	20-13	77-1
3	Assistente Técnico de Serviço	20-9	77-1	3	Assistente Técnico I	20-9	77-1
4	Assistente Técnico de Serviço	20-10	77-1	4	Assistente Técnico II	20-11	77-1
13	Assistente Técnico de Serviço I	20-9	77-1	13	Assistente Técnico I	20-9	77-1

SITUAÇÃO		ATUAL		SITUAÇÃO		NOVA	
Nº do Cargo	Denominação	Ref.	Parte Tabela	Nº do Cargo	Denominação	Nº.	Parte Tabela
178	Assistente Técnico de Biorçim II	Da-11	PP-1	179	Assistente Técnico II	Da-11	PP-2
18	Assistente Técnico de Biorçim II	Da-11	PP-1	18	Assistente Técnico	Da-12	PP-1
18	Assistente Técnico de Biorçim II	Da-11	PP-1	19	Assistente Técnico II	Da-11	PP-1
1	Assistente Técnico de Organização e						
	Ofícios	Da-11	PP-1	1	Assistente Técnico II	Da-11	PP-2
6	Assistente Técnico de Planejamento	Da-11	PP-1	6	Assistente Técnico II	Da-11	PP-2
7	Assistente Técnico Mão Operária	Da-11	PP-1	7	Assistente Técnico II	Da-12	PP-1
21	Auxiliar de Administração	12	PP-1	21	Auxiliar de Contorno	Da-2	PP-1
22	Auxiliar de Biorçim	Da-3	PP-1	22	Oficial do Gabinete	Da-3	PP-2
118	Auxiliar do Gabinete	Da-1	PP-1	121	Auxiliar do Gabinete	Da-3	PP-1
23	Auxiliar do Gabinete	Da-3	PP-1				
3	Auxiliar do Gabinete do Prefeito	Da-3	PP-1	3	Oficial do Gabinete (Sub Profissão)	Da-6	PP-1
2	Auxiliar de Informação	13	PP-1	2	Auxiliar do Gabinete	Da-2	PP-1
3	Auxiliar de Produção	Da-4	PP-1	3	Instituto Cultural	Da-3	PP-1
6	Auxiliar de Programador Cultural	Da-4	PP-1	6	Instituto Cultural	Da-3	PP-2
2	Auxiliar de Programador Visual	Da-4	PP-1				
3	Auxiliar de Secretariado	Da-2	PP-1	4	Auxiliar do Secretariado	Da-3	PP-1
3	Auxiliar do Gabinete	Da-2	PP-1				

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Cargo	Denominação	Nef.	Parte Tabela	Nº do Cargo	Denominação	Nef.	Parte Tabela
1	Bibliotecário Assistente	Da-10	PP-5	1	Assistente Técnico I	Da-11	PP-1
100	Bibliotecário Chefe	Da-10	PP-1	100	Chefe de Seção Técnica	Da-10	PP-1
5	Bibliotecário Diretor Serviço Técnico	Da-12	PP-1	5	Diretor de Serviço Técnico	Da-12	PP-1
2	Bibliotecário Diretor de Subdivisão	Da-11	PP-1				
6	Bibliotecário Diretor de Subdivisão Técnica	Da-11	PP-1	9	Diretor de Subdivisão Técnica	Da-11	PP-1
17	Bibliotecário Inspervisor	Da-9	PP-1	17	Inspervisor de Seção Técnica	Da-9	PP-1
2	Bibliotecário Inspervisor	Da-17	PP-1	2	Superinsp. Técnico II	Da-12	PP-1
5	Chefe de Agrupamento	Da-10	PP-1	5	Chefe de Seção Técnica	Da-10	PP-1
1	Chefe de Ass. a Coord. Técnica do Programa	Da-13	PP-1				
1	Chefe de Ass. Esp. ao Emb. Informal	Da-13	PP-1				
2	Chefe de Assessoria	Da-13	PP-1	11	Chefe de Assessoria Técnica	Da-13	PP-1
13	Chefe de Assessoria Técnica	Da-13	PP-1				
1	Chefe de Assessoria Técnica e Administrativa	Da-13	PP-1				
2	Chefe de Assessoria Técnica e Jurídica	Da-13	PP-1				
1	Chefe de Arquivo	Da-4	PP-1	1	Arquivador	Da-7	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Carregos	Designação	Falt.	Faltas Tabelas	Nº de Carregos	Designação	Nº Faltas Tabelas	Faltas Tabelas
1	Chefe do Cerimonial	24-13	PP-1	1	Chefe do Cerimonial	24-13	PP-1
32	Chefe da Seção	24-13	PP-1	2	Chefe da Seção	24-13	PP-1
1	Chefe da Seção de Trabalho de Manutenção	24-13	PP-1	1	Chefe da Seção de Trabalho de Manutenção	24-13	PP-1
1	Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente	24-13	PP-1	1	Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente	24-13	PP-1
1	Chefe do Carregos	24-13	PP-1	1	Chefe do Carregos	24-13	PP-1
13	Chefe da Seção	24-13	PP-1	13	Chefe da Seção	24-13	PP-1
2	Chefe da Seção de Trabalho Técnico e Científico	24-13	PP-1	2	Chefe da Seção de Trabalho Técnico e Científico	24-13	PP-1
1	Chefe da Seção de Trabalho Técnico	24-13	PP-1	1	Chefe da Seção de Trabalho Técnico	24-13	PP-1
1	Chefe da Seção de Trabalho Técnico	24-13	PP-1	1	Chefe da Seção de Trabalho Técnico	24-13	PP-1
108	Chefe da Seção Técnica	24-13	PP-1	312	Chefe da Seção Técnica	24-13	PP-1
134	Chefe da Seção Técnica	24-13	PP-1	134	Chefe da Seção Técnica	24-13	PP-1
1	Chefe da Seção Técnica (Seção de Trabalho Técnico)	24-13	PP-1	1	Chefe da Seção Técnica (Seção de Trabalho Técnico)	24-13	PP-1
51	Chefe da Seção	24-13	PP-1	51	Chefe da Seção	24-13	PP-1
1	Chefe da Seção de Trabalho Técnico	24-13	PP-1	1	Chefe da Seção de Trabalho Técnico	24-13	PP-1
1	Chefe da Seção	24-13	PP-1	1	Chefe da Seção	24-13	PP-1
34	Chefe da Seção	24-13	PP-1	320	Chefe da Seção	24-13	PP-1
108	Chefe da Seção (Seção de Trabalho Técnico)	24-13	PP-1	108	Chefe da Seção (Seção de Trabalho Técnico)	24-13	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NOVA				
Nº de Cargos	Denominação	Nº	Partido Político	Nº de Cargos	Denominação	Nº	Partido Político	Partido Político	
1	Chefe de Seção de Imprensa e Propaganda	1	PSD	1	Chefe de Seção I	1	PSD	1	
10	Chefe de Seção de Imprensa e Propaganda	10	PSD	10	Chefe de Seção II	10	PSD	10	
123	Chefe de Seção de Imprensa e Propaganda	123	PSD	123	Chefe de Seção III	123	PSD	123	
1	Chefe de Seção de Imprensa e Propaganda	1	PSD	1	Chefe de Seção IV	1	PSD	1	

FICHAÇÃO		NOVA	
Descrição	Ref.	Parte	Tabela
Serie 1	20-0		
Serie 2	20-1		
Serie 3	20-2		
Serie 4	20-3		
Serie 5	20-4		
Serie 6	20-5		
Serie 7	20-6		
Serie 8	20-7		
Serie 9	20-8		
Serie 10	20-9		
Serie 11	20-10		
Serie 12	20-11		
Serie 13	20-12		
Serie 14	20-13		
Serie 15	20-14		
Serie 16	20-15		
Serie 17	20-16		
Serie 18	20-17		
Serie 19	20-18		
Serie 20	20-19		
Serie 21	20-20		
Serie 22	20-21		
Serie 23	20-22		
Serie 24	20-23		
Serie 25	20-24		
Serie 26	20-25		
Serie 27	20-26		
Serie 28	20-27		
Serie 29	20-28		
Serie 30	20-29		
Serie 31	20-30		
Serie 32	20-31		
Serie 33	20-32		
Serie 34	20-33		
Serie 35	20-34		
Serie 36	20-35		
Serie 37	20-36		
Serie 38	20-37		
Serie 39	20-38		
Serie 40	20-39		
Serie 41	20-40		
Serie 42	20-41		
Serie 43	20-42		
Serie 44	20-43		
Serie 45	20-44		
Serie 46	20-45		
Serie 47	20-46		
Serie 48	20-47		
Serie 49	20-48		
Serie 50	20-49		
Serie 51	20-50		
Serie 52	20-51		
Serie 53	20-52		
Serie 54	20-53		
Serie 55	20-54		
Serie 56	20-55		
Serie 57	20-56		
Serie 58	20-57		
Serie 59	20-58		
Serie 60	20-59		
Serie 61	20-60		
Serie 62	20-61		
Serie 63	20-62		
Serie 64	20-63		
Serie 65	20-64		
Serie 66	20-65		
Serie 67	20-66		
Serie 68	20-67		
Serie 69	20-68		
Serie 70	20-69		
Serie 71	20-70		
Serie 72	20-71		
Serie 73	20-72		
Serie 74	20-73		
Serie 75	20-74		
Serie 76	20-75		
Serie 77	20-76		
Serie 78	20-77		
Serie 79	20-78		
Serie 80	20-79		
Serie 81	20-80		
Serie 82	20-81		
Serie 83	20-82		
Serie 84	20-83		
Serie 85	20-84		
Serie 86	20-85		
Serie 87	20-86		
Serie 88	20-87		
Serie 89	20-88		
Serie 90	20-89		
Serie 91	20-90		
Serie 92	20-91		
Serie 93	20-92		
Serie 94	20-93		
Serie 95	20-94		
Serie 96	20-95		
Serie 97	20-96		
Serie 98	20-97		
Serie 99	20-98		
Serie 100	20-99		

30	Insustituível de Terceiro	30-2	30	Insustituível de Terceiro	30-2	PP-1
31	Insustituível de Terceiro (1.º Turno)	30-2	31-1	Insustituível de Terceiro (1.º Turno)	30-2	PP-1
32	Insustituível de Terceiro (2.º Turno)	30-2	32-1	Insustituível de Terceiro (2.º Turno)	30-2	PP-1
33	Insustituível de Terceiro (3.º Turno)	30-2	33-1	Insustituível de Terceiro (3.º Turno)	30-2	PP-1
34	Insustituível de Terceiro (4.º Turno)	30-2	34-1	Insustituível de Terceiro (4.º Turno)	30-2	PP-1
35	Insustituível de Terceiro (5.º Turno)	30-2	35-1	Insustituível de Terceiro (5.º Turno)	30-2	PP-1
36	Insustituível de Terceiro (6.º Turno)	30-2	36-1	Insustituível de Terceiro (6.º Turno)	30-2	PP-1
37	Insustituível de Terceiro (7.º Turno)	30-2	37-1	Insustituível de Terceiro (7.º Turno)	30-2	PP-1
38	Insustituível de Terceiro (8.º Turno)	30-2	38-1	Insustituível de Terceiro (8.º Turno)	30-2	PP-1
39	Insustituível de Terceiro (9.º Turno)	30-2	39-1	Insustituível de Terceiro (9.º Turno)	30-2	PP-1
40	Insustituível de Terceiro (10.º Turno)	30-2	40-1	Insustituível de Terceiro (10.º Turno)	30-2	PP-1
41	Insustituível de Terceiro (11.º Turno)	30-2	41-1	Insustituível de Terceiro (11.º Turno)	30-2	PP-1
42	Insustituível de Terceiro (12.º Turno)	30-2	42-1	Insustituível de Terceiro (12.º Turno)	30-2	PP-1
43	Insustituível de Terceiro (13.º Turno)	30-2	43-1	Insustituível de Terceiro (13.º Turno)	30-2	PP-1
44	Insustituível de Terceiro (14.º Turno)	30-2	44-1	Insustituível de Terceiro (14.º Turno)	30-2	PP-1
45	Insustituível de Terceiro (15.º Turno)	30-2	45-1	Insustituível de Terceiro (15.º Turno)	30-2	PP-1
46	Insustituível de Terceiro (16.º Turno)	30-2	46-1	Insustituível de Terceiro (16.º Turno)	30-2	PP-1
47	Insustituível de Terceiro (17.º Turno)	30-2	47-1	Insustituível de Terceiro (17.º Turno)	30-2	PP-1
48	Insustituível de Terceiro (18.º Turno)	30-2	48-1	Insustituível de Terceiro (18.º Turno)	30-2	PP-1
49	Insustituível de Terceiro (19.º Turno)	30-2	49-1	Insustituível de Terceiro (19.º Turno)	30-2	PP-1
50	Insustituível de Terceiro (20.º Turno)	30-2	50-1	Insustituível de Terceiro (20.º Turno)	30-2	PP-1

[illegible]

SITUAÇÃO		ATUAL		SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargo	Denominação	Pat.	Parte de Trabalho	Nº de Cargo	Denominação	Pat.	Parte de Trabalho
28	Engenheiro Assistente Chefe	2a-6	22-1	1	Chefe de Seção Técnica	2a-10	22-1
1	Engenheiro Assistente Chefe	2a-10	22-1	1			
1	Engenheiro Assistente Diretor de Divisão Técnica	2a-11	22-1	1	Diretor de Divisão Técnica	2a-12	22-1
10	Engenheiro Chefe	2a-10	22-1	10	Chefe de Seção Técnica	2a-10	22-1
81	Engenheiro Chefe de Unidade	2a-8	22-1	81	Chefe de Unidade Técnica I	2a-10	22-1
10	Engenheiro Diretor de Divisão Técnica	2a-11	22-1	20	Diretor de Divisão Técnica	2a-2	22-1
120	Engenheiro Responsável de Subdivisão Segmento	2a-8	22-1	120	Engenheiro de Subdivisão Segmento	2a-8	22-1
1	Engenheiro Supervisor	2a-12	22-1	1	Supervisor Técnico II	2a-12	22-1
2	Cardealista Chefe	2a-12	22-1	1	Chefe de Seção Técnica	2a-10	22-1
1	Engenheiro Diretor de Divisão Técnica	2a-11	22-1	1	Diretor de Divisão Técnica	2a-12	22-1
2	Engenheiro Chefe	2a-10	22-1	2	Chefe de Seção Técnica	2a-10	22-1
1	Chefe de Seção Técnica	2a-8	22-1	1	Chefe de Seção Técnica	2a-8	22-1
2	Engenheiro Chefe	2a-12	22-1	2	Chefe de Seção Técnica	2a-7	22-1
16	Assistente de Projeto/Ass. Técnico	2a-12	22-1	16	Assistente Técnico	2a-12	22-1
1	Assistente Geral de Finanças	2a-12	22-1	1	Assistente Geral de Finanças	2a-12	22-1
8	Assistente Cultural	2a-12	22-1	8	Assistente Cultural	2a-12	22-1

SITUAÇÃO		ATUAL		SITUAÇÃO		VOGA	
Nº do Cargo	Designação	Ref.	Parte Tabela	Nº do Cargo	Designação	Ref.	Parte Tabela
28	Médico Chefe	2a-8	PP-1				
18	Médico Chefe	2a-10	PP-1	119	Chefe de Seção "Genés"	2a-10	PP-1
2	Médico de Saúde Escolar Chefe	2a-10	PP-1				
9	Médico Veterinário Chefe	2a-10	PP-1				
66	Médico Encarregado	2a-6	PP-1	66	Encarregado do Setor Técnico	2a-6	PP-1
4	Médico Procurador-Geral de Defesa						
	Técnico	2a-13	PP-1	4	Piloteiro da Divisão Técnica	2a-13	PP-1
4	Médico Procurador Encarregado	2a-6	PP-1	4	Encarregado do Setor Técnico	2a-6	PP-1
6	Monitor	2a-7	PP-1	6	Instituto Cultural	2a-5	PP-1
1	Supervisor Médico Chefe	2a-10	PP-1	1	Chefe de Seção Técnica	2a-10	PP-1
28	Oficial do Gabinete	2a-5	PP-1	28	Oficial do Gabinete	2a-5	PP-1
2	Oficial do Gabinete de Produto	2a-6	PP-1	2	Oficial do Gabinete (Sub Prefeito)	2a-6	PP-1
1	Organizador de Produção	2a-7	PP-1	1	Percebeador de Aterro Cultural	2a-7	PP-1
1	Operador do Vídeo Tipo	2a-7	PP-1	1	Percebeador de Aterro Cultural	2a-7	PP-1
10	Organizador de Atividades Esportivas	2a-1	PP-1	10	Analista do Trabalho em Educação		
					Fiscal	2a-5	PP-1
3	Organizador Técnico de Planejamento	2a-13	PP-1	3	Auxiliar Técnico	2a-13	PP-1

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Cargo	Designação	Nº	Parte Tabela	Nº do Cargo	Designação	Nº	Parte Tabela
14	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	36	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1
15	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1				
16	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	13	Instituto Cultural	Nº-3	PP-I-1
17	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-11	PP-I-1	22	Planejamento Urbano	Nº-11	PP-I-1
18	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-12	PP-I-1	1	Assessor Jurídico	Nº-13	PP-I-1
19	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-11	PP-I-1	10	Assistente Jurídico	Nº-11	PP-I-1
20	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-12	PP-I-1	6	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-12	PP-I-1
21	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-16	PP-I-1	1	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-16	PP-I-1
22	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	1	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1
23	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1				
24	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	17	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1
25	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-10	PP-I-1				
26	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	4	Chefe de Seção Técnica	Nº-16	PP-I-1
27	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	6	Sedeiro	Nº-7	PP-I-1
28	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	4	Revisor de Braille	Nº-7	PP-I-1
29	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	3	Revisor de Braille	Nº-3	PP-I-1
30	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1	1	Pesquisador de Aparentes Culturais	Nº-7	PP-I-1

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Nº do Cargo	Denominação	Nº	Data [Mês/Ano]	Nº do Cargo	Denominação	Nº	Data [Mês/Ano]
1	Secretaria de Contas - (Ativa)	10	19-6				
1	Secretaria de Planejamento	17	19-6	19	Secretaria Municipal	18	19-6
1	Secretaria dos Serviços Gerais - (Ativa)	18	19-6				
10	Secretaria Municipal	17	19-6				
1	Mantida Principal de Bom Fazer Social	18	19-6				
11	Secretaria Esportiva	21-6	19-6	11	Auxiliar de Gabinete	20-6	19-6
1	Secretaria Executiva (Administrativa e Legal)	20-6	19-6	1	Auxiliar Administrativo	20-6	19-6
1	Secretaria Particular do Prefeito	20-6	19-6	1	Ingressos Particulares no Trabalho	20-6	19-6
1	Secretaria de Tráfego de Ônibus	20-6	19-6	1	Trabalhador de "Carga de Limpeza Pública"	20-6	19-6

**SUELLY PENHABUSIA FAGUNDES**





INATIVES

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO ANTERIOR		
39 DE C/2013	RECONSTITUIÇÃO	127	39 DE C/2013	RECONSTITUIÇÃO	127
1	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	2a-6	1	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	2a-12
1	DIRETOR DE FISCALIA	2a-11	1	DIRETOR DE FISCALIA	2a-12
1	ENCARREGADO MAQU. CONTR. P/TA	2a-6	1	ENCARREGADO DE FISCALIAÇÃO DE	2a-7
4	ENCARREGADO DE SETOR	2a-5	4	ENCARREGADO DE SETOR II	2a-5
1	ENCARREGADO DE SETOR DE TIPO DE ASSISTÊNCIA	17	1	ENCARREGADO DE SETOR II	2a-5
1	ENCARREGADO DE SETOR DE TIPO DE FISCALIA	17	1	ENCARREGADO DE SETOR II	2a-5
22	ENCARREGADO DE SETOR DE TIPO DE FISCALIA	2a-11	22	ENCARREGADO DE SETOR DE TIPO DE FISCALIA	2a-11
1	ENCARREGADO DE FISCALIA	2a-5	1	ENCARREGADO DE SETOR DE TIPO DE FISCALIA	2a-5
1	ENCARREGADO DE SERVIÇOS FISCALIAÇÃO CONTR. P/TA	13	1	ENCARREGADO DE SETOR II	2a-2
1	ENCARREGADO DE SERVIÇOS FISCALIAÇÃO CONTR. P/TA	17	1	ENCARREGADO DE SETOR II	2a-2
1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO DE TIPO	17	1	ENCARREGADO DE SETOR II	2a-5
1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO DE TIPO	2a-5	1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-2
7	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-4	7	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-5
3	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	17	1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-7
1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	22	1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-7
1	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	22	1	ENCARREGADO	2a-5
4	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-5	1	DIRETOR DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-10
7	ENCARREGADO DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-11	1	DIRETOR DE TIPO DE FISCALIAÇÃO	2a-11

**PARTE A - CARPOS DESTINADOS À EXTINÇÃO NA VACÂNCIA**

- 6 Orientador Social
- 7 Paleógrafo
- 11 Perquiratista
- 1 Publicidade
- 9 Psicólogo
- 16 Químico
- 8 Radiante
- 5 Técnico de Laboratório Hospitalar
- 5 Técnico de Manutenção, Reparo e Reforma de Peças de Auto-veículos
- 9 Técnico de Material Médico Hospitalar
- 4 Técnico de Microfilmagem
- 40 Técnico de Nutrição e Dietética
- 5 Técnico de Perícia Médica (Infantil)
- 3 Técnico de Radiocomunicação-Médica
- 31 Técnico em Arquivo Médico e Evolucionário
- 8 Técnico em Análises
- 2 Técnico de Optêtica
- 3 Terapeuta Ocupacional

QUADRO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

ANEXOS VI A QUE SE REFERE O ART. 5º DA LEI Nº 10.430 DE 29 DE

TABELA ESPECIAL DO T.C.M.S.P.

[illegible][illegible]

Nº de Cargos	Nome Título	Nome Título	Res.
2	PP-1	Almoneste	PP-6
1	PP-2	Assessor Técnico Jurídico Chefe	DA-10
2	PP-3	Assessor de Gabinete	DA-10
9	PP-4	Assessor Jurídico	DA-12
10	PP-5	Assessor Técnico	DA-12
1	PP-6	Assistente de Serviço	DA-9
16	PP-7	Chefe de Seção Técnica	DA-10
1	PP-8	Chefe de Gabinete da Presidência	DA-15
1	PP-9	Chefe de Cerimonial	UP-13
9	PP-10	Director de Divisão Técnica	UP-12
1	PP-11	Gerente de Divisão	PP-12
5	PP-12	Director Técnico de Departamento	DA-12
1	PP-13	Coordenador de Setor (Chefe)	DA-7
10	PP-14	Chefe de Seção	DA-10
2	PP-15	Assessor Técnico	DA-11
2	PP-16	Unidade de Comunicação	PP-6
2	PP-17	Unidade de Gabinete da Presidência	DA-6
1	PP-18	Relações Exteriores	DA-15
6	PP-19	Secretaria Administrativa	DA-9
6	PP-20	Secretaria de Gabinete	DA-9
1	PP-21	Secretaria Geral	DA-17
1	PP-22	Secretaria Especial	DA-15
4	PP-23	Supervisor de Setor	DA-11
2	PP-24	Chefe de Seção	DA-11
2	PP-25	Técnicos em Administração Geral	UP-6
2	PP-26	Peritos	PP-5
1	PP-27	Perito em Contabilidade	DA-9

Nº do Cargo	Parte Tabular	DEMONSTRAÇÃO
1	PP-III	Assistente Social
33	PP-III	Auditor I
14	PP-III	Auditor II
5	PP-III	Auditor III

NOME: SUZELLY PENHARDI  
 Assessoria - Social  
 Data: 10-3  
 10-3  
 10-3



SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

ANEXO VII - TABELA DE PROVEDORIOS - A 1.ª DE SETEMBRO DE 1987 DO LEI Nº 10.431 - DE 29 DE FEVEREIRO DE 1988

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

QUADRO GERAL DO T.C.M. - CARGOS EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

ANEXO VIII - TABELA IIII-III-III-CARGOS DE PROVEDORIOS EFETIVOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

LEI Nº 10.431, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1988  
Instituto de Vale-Transporte para os servidores públicos municipais, e de outras providências.  
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.  
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de fevereiro de 1988, decretou e se promulgou a seguinte lei:  
Art. 10 - É instituído o Vale-Transporte para os servidores públicos municipais.

I - os funcionários efetivos ou ocupantes dos cargos em comissão e os servidores admitidos no contrato da Prefeitura, do Tribunal de Contas do Município, e da Câmara Municipal de São Paulo;  
II - os servidores das Autarquias municipais.  
Art. 39 - O Vale-Transporte constitui benefício que será concedido pelo Administrador a seus servidores, para utilização efetiva em despesa de deslocamento de residência para o trabalho e vice-versa.  
Parágrafo Único - O deslocamento de que trata este artigo compreende a ida e volta do servidor, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

tes no urbano, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços especiais.  
Art. 59 - O Vale-Transporte será entregue do:  
I - pelo servidor, em parcela única, até a 5 (cinco) dias após a data de concessão do benefício, sob pena de cancelamento do mesmo;  
II - pela Administração, em parcela única, até a 5 (cinco) dias após a data de concessão do benefício.  
Art. 60 - Para o Vale-Transporte...

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

QUADRO DA PROCURADORIA DO T.C.M.

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

QUADRO DA PROCURADORIA DO T.C.M.

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20

CARGOS DESTINADOS À EXTINÇÃO NA VACÂNCIA

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Nº de Cargos	Denominação	Nº de Cargos	Denominação
1	Procurador 1	1	Procurador 1
1	Procurador 2	1	Procurador 2
1	Procurador 3	1	Procurador 3
1	Procurador 4	1	Procurador 4
1	Procurador 5	1	Procurador 5
1	Procurador 6	1	Procurador 6
1	Procurador 7	1	Procurador 7
1	Procurador 8	1	Procurador 8
1	Procurador 9	1	Procurador 9
1	Procurador 10	1	Procurador 10
1	Procurador 11	1	Procurador 11
1	Procurador 12	1	Procurador 12
1	Procurador 13	1	Procurador 13
1	Procurador 14	1	Procurador 14
1	Procurador 15	1	Procurador 15
1	Procurador 16	1	Procurador 16
1	Procurador 17	1	Procurador 17
1	Procurador 18	1	Procurador 18
1	Procurador 19	1	Procurador 19
1	Procurador 20	1	Procurador 20